

SESSÕES DO PLENÁRIO

89ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 15 de setembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(60) O Deputado Luciano Ribeiro está licenciado.(01)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Há sobre a mesa o seguinte requerimento: (Lê) “*Os Srs. Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Requerimento de Urgência nº 8.508/2015, para o Projeto de Lei nº 21.449/2015, Projeto de Lei nº 21.434/2015 e o Projeto de Lei nº 21.469/2015*”.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Roberto Carlos comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 01/07, 06/07, 19/08 e 24/08/2015.

Do Presidente da Câmara Municipal de Vitória da Conquista, Vereador Gilzete Moreira, encaminhando Indicação para que o novo aeroporto do município de Vitória da Conquista, se chame Jadiel Matos, de iniciativa dos Vereadores Júlio Honorato, Florisvaldo Bittencourt, Ademir Abreu e Coriolano Moraes.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, Srs. da Imprensa, todos os que nos assistem pelo *Canal Assembleia*, venho a esta tribuna, primeiro, para ratificar a visita da Comissão de Defesa do Consumidor a ANEEL, na próxima quinta-feira.

Inclusive acabei de receber um e-mail confirmando esta visita com o diretor-geral dessa agência, Romeu Donizete Rufino, às 16h do dia 17, quando nos reuniremos para discutir esse aumento abusivo da energia elétrica.

Temos recebido muitas reclamações. O Procon também foi convidado para fazer parte dessa reunião, assim como todos os deputados federais que representam a Bahia, especialmente os que compõem a Comissão de Defesa do Consumidor, para que possamos encontrar uma solução a fim de diminuir o peso tributário que o povo brasileiro está pagando. Essa é uma questão não só da Bahia, mas também de todo o Brasil.

Nesta oportunidade, faço um convite extensivo a todos os Srs. Deputados, independentemente de fazerem parte da comissão, para que possamos estar em Brasília na próxima quinta-feira, às 16h, para tratar desse assunto importante.

Outro assunto, é que gostaria solicitar a assinatura dos Srs. Deputados para esta moção de congratulações e aplausos à Justiça Eleitoral baiana, que gostaria de ler: (Lê) *“Conforme dados obtidos através do Portal Transparência do Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE -BA) ocupa, atualmente, a primeira posição em produtividade entre os 27 Regionais do País, no que se refere à redução de processos em tramitação nas suas Zonas Eleitorais, em números absolutos”*.

Estou aqui apresentando esta moção, estou passando para os Srs. Deputados que queiram também colocar as suas assinaturas nesta moção, porque sabemos, diante das dificuldades, que os cartórios eleitorais de todo o Estado trabalham de uma forma precária, mas quando vemos uma notícia como essa, nos alegramos porque a Bahia,

realmente, aparece como destaque.

Então, acho que devemos aplaudir a atuação do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, que, conforme os dados, ocupa, atualmente, a primeira posição em produtividade entre os 26 estados, é claro, com a Bahia são 27.

Então, diante das dificuldades, diante da falta de material humano, diante da falta de condições de trabalho, acho que esta Casa deve prestar essa justa homenagem com esta moção e o reconhecimento, porque não é fácil você trabalhar, principalmente numa área tão difícil como o Tribunal Regional Eleitoral, não é fácil, e sem condições.

Eu gostaria de deixar aqui e passar às mãos dos Srs. Deputados e pedir que todos possam colocar a sua assinatura como reconhecimento e uma forma também de ver o Tribunal Eleitoral da Bahia empenhado para termos as eleições do ano que vem com toda transparência e com toda efetividade.

Então, era isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, e quero aqui agradecer aos Srs. Deputados e às senhoras que nos assistem através do *Canal Assembleia*.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, funcionários da Assembleia, Sr. Presidente, venho na tarde de hoje fazer o registro de uma data muito importante que comemoramos no dia de hoje, o Dia Internacional da Democracia.

Estamos vivendo, deputado Herzem, no País, um momento de extrema turbulência do ponto de vista político, econômico, moral, alimenta-nos de expectativa ver que apesar de todas as dificuldades, deputado Jurandy Oliveira, as nossas instituições democráticas estão fortalecidas, o País, Sr. Presidente, continua com as suas atividades normais. Isso no passado já foi motivo de inúmeras instabilidades políticas e que culminaram até mesmo com um golpe militar em 1964.

Portanto, Sr. Presidente, chamo a atenção na tarde hoje para que possamos refletir hoje e sempre que estamos, apesar de todos os problemas que estamos enfrentando, consolidados enquanto uma democracia que respeita os princípios básicos que são pilares desse regime.

Portanto, eu queria registrar e fazer essa reflexão, deputado Zó, para que possamos continuar essa luta, que precisa ser diária, para fortalecer, fortalecer e fortalecer a democracia no nosso País. E aproveito a oportunidade, deputado Zó, V.Ex^a que é presidente da Comissão de Divisão Territorial e que é um municipalista, assim como eu e o deputado Gika, para fazer um apelo e chamar a atenção, porque senti falta nesse ajuste proposto pela presidência da República de um socorro mais claro aos municípios brasileiros que enfrentam, assim como o governo federal, sua pior crise em toda a sua história. Costumamos dizer que as coisas acontecem de fato, Líder Sandro Régis, nos municípios. É lá que a vida acontece, a vida, os problemas

que os prefeitos têm enfrentado com quedas constantes de arrecadação... Não é justo, deputado Rosemberg, que qualquer ajuste que seja proposto pelo governo, pelo Parlamento brasileiro não inclua as dificuldades que os prefeitos brasileiros vêm enfrentando.

Então, eu queria fazer esse registro pedindo que a nossa presidente da República, que os ministros do Planejamento e da Fazenda se debrucem, antes de enviar a proposta da reforma, para incluir um SOS aos municípios que vivem, como disse, seu pior momento.

Portanto, Sr. Presidente, era isso que eu queria relatar. Queria cumprimentar todos aqueles defensores intransigentes da democracia e saudar essa data em que comemoramos o Dia Internacional da Democracia para que possamos buscar cada vez mais inspiração, deputada Luiza Maia, para que continuemos a empreender essa luta diária de construir a verdadeira democracia no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, colegas da imprensa: “Em defesa da Universidade Urgência na Votação do Projeto de Lei” (o orador lê uma faixa exposta nas galerias.) Um abraço para vocês que nos prestigiam nesta nossa sessão.

Quero inicialmente fazer um registro, porque cheguei aqui nesta Casa cobrando obras da Via Bahia, nos trechos que compreendem Vitória da Conquista até a divisa de Minas Gerais; de Vitória da Conquista até Planalto e de Planalto até Poções. Quando cheguei aqui, soube da existência de uma comissão, da qual faço parte graças ao convite que me foi feito pelo deputado Rosemberg Pinto, com indicação do Líder Sandro Régis. E em função da nossa luta eu registrei, inclusive hoje no nosso programa de rádio e também Blog da Resenha Geral, que o deputado Rosemberg, ele que é coordenador dessa comissão, que tem dois deputados em Feira de Santana – Carlos Geilson e o Líder do governo, Zé Neto; dois em Jequié – Leur Lomanto e Euclides Fernandes –, e, em Vitória da Conquista, Zé Raimundo e agora eu faço parte. Graças as providências do deputado Rosemberg Pinto, que coordena essa comissão, amanhã vai acontecer uma importante reunião na Sala Jadiel Matos para tratarmos exatamente dessas intervenções. Estendi já o convite ao deputado Fábio Souto, muito bem votado em Planalto, Planalto que clama também por providências, deputado Rosemberg Pinto. Quem está de um lado da cidade não passa para o outro lado, faltando apenas ali dois semáforos.

Tomamos conhecimento de que a ANTT não autoriza colocação de semáforos em perímetros urbanos. Mas nós levaremos amanhã uma solicitação, porque em Conquista tem seis e em Feira de Santana tem dois pontos de semáforos. Em Conquista, há exatos seis pontos de semáforos na Avenida da Integração, que é exatamente trecho de estrada federal da BR 116. Portanto, agradeço a S. Ex^a, Líder do

PT, Rosemberg Pinto, que entendeu com sensibilidade. Amanhã teremos esse importante encontro na Sala Jádriel Matos.

Gostaria de registrar, também, que a conta chegou. A conta da Copa do Mundo, a conta, exatamente, de problemas na economia do País, essa conta chegou. Chegou em forma de CPMF com a justificativa de que faltarão recursos para o pagamento dos aposentados. Essa conta chega no congelamento dos concursos, chega na qualificação para a qual os trabalhadores brasileiros não terão mais investimento. A conta chega com o desemprego, a conta chega através do servidor sem aumento. Essa conta atinge programas sociais como o Minha Casa, Minha Vida. Atinge o Bolsa Família: oitocentas mil famílias terão o corte dos rendimentos que recebem através do programa, um corte de R\$26 bilhões. Nós temos reflexos em investimentos na saúde, na educação, na segurança pública. Então, essa conta chegou.

Entendemos que o Brasil vive um momento difícilíssimo, que o governo tem anunciado, mas ainda de maneira tímida, um corte nos ministérios. Poderíamos ter apenas 15 ministérios. O governo deveria cortar na própria carne, dando esse grande exemplo para o povo brasileiro, para a nação brasileira. Precisamos, também, de que o governo estanque a corrupção, o dinheiro que vai para o ralo, nós precisamos empregar bem os recursos que são gerados através do trabalho e de quem produz.

Muito obrigado, Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil todo está assistindo à presidenta Dilma e sua equipe tentando tomar, deputado Pedro Tavares, medidas que já tinham que ser tomadas há muito tempo, deputado Fábio Souto. Infelizmente, deputada Luiza Maia, da situação do Brasil, não precisa ser especialista para saber: é como se fosse um doente cujos remédios já eram para ser-lhe prescritos, mas não foi prescrita a dose necessária; agora, na UTI, tem que se tomar algumas medidas que não são todas as que precisariam ser tomadas.

Sabemos que a presidenta Dilma tem muita dificuldade, o Sr. Eduardo Cunha, junto a outros partidos, quer terminar de tocar fogo no País. Mas agora os homens públicos, sem ver o que está errado, e é claro que a presidenta Dilma errou, e feio: gastou demais, essa é a verdade! E agora a conta chegou, deputado Fábio Souto!

O editorial de um dos principais jornais do mundo descreveu a situação do País. O *Financial Times*, um dos principais jornais da Inglaterra, diz que os rins do Brasil já pararam, os órgãos já pararam, só está batendo o coração. Imaginem o que os investidores – e estes, normalmente, são abutres, aproveitam a hora pior para tirar o pedaço – irão fazer, o que vai acontecer.

Então, o que esperamos são medidas dolorosas, mas o que estou vendo é que será difícil. A não ser que, na iminência de uma crise maior ainda, de tocarem fogo no País, o Congresso Nacional, sem ver de quem foi a culpa, ajude-nos a atravessar esse momento muito difícil.

Mas, assistindo aos jornais das diversas televisões, de ontem para cá, vimos, como no *Jornal do Meio Dia*, a CUT já se levantar e dizer que não aceita. Ninguém quer perder nada, você vê a CUT que recebeu R\$50 milhões de imposto sindical, sem falar nas outras centrais sindicais: é R\$40 milhões para cá, R\$60 milhões para lá. Essa é a situação do País. Ninguém quer perder nada, todo mundo quer ganhar muito, deputado Euclides, e o País quebrou.

Vimos aí o judiciário – não tenho nada contra especificamente –, na semana passada, estava todo mundo em Brasília querendo ganhar mais 78% em cima dos estúpidos salários que já ganham, não estão se importando com a massa salarial do País que ganha um salário mínimo. Se fosse a classe política, aí Congresso Nacional que aumentasse o salário dos deputados, pois todas as categorias estariam dizendo – não posso nem usar o termo correto – o que deveria acontecer com a classe política. Não estou dizendo aqui que esta classe é santa, mas é a mais visada porque tem toda a imprensa, as televisões por perto já que dá mais Ibope. Temos o CARF da Receita Federal, um dos órgãos até então mais respeitados do País: deram um rombo de R\$19 bilhões e agora, porque a “trambicagem” era com a *Globo*, com o Bradesco e com o Itaú, não sai uma matéria sequer, deputado Fábio Souto. Foram R\$19 bilhões nas multas aplicadas e às vezes dispensadas ou baixadas.

Então essa é a situação do País. Ou se faz um pacto, deputada Luiza Maia, com a classe trabalhadora, com os empresários, com os funcionários públicos, com os políticos que são os responsáveis por mudar ou aprovar as leis, ou não vamos sair dessa. A situação é dramática. E junte-se a isso o pior de tudo: a guerra que estamos vivendo – a guerra da violência que não tem governador Rui Costa, não tem governador que dê jeito, pois é uma situação complexa, é uma situação nacional.

Então, infelizmente, Srs. Deputados, essa é uma situação do nosso triste País, e todos nós precisaríamos abrir mão de uma parte dos privilégios, principalmente quem tem, para tentar sair desse atoleiro.

Para encerrar, Sr. Presidente, não tenho nada contra os delegados. No início do governo Wagner, há 8 anos, um delegado ganhava R\$8.000; hoje, salvo engano, ganha R\$15.000, R\$20.000, e já estão querendo ganhar igual a 92% do que ganha um ministro do Supremo Tribunal Federal. Eles não estão se importando com a situação do País. Isso acontece com todas as categorias. Então, infelizmente, o que existe é uma hipocrisia geral neste País, essa é a verdade, em todas as classes, com raras exceções. Mas todo mundo faz de conta que está tudo bem. São vários funcionários ganhando mais do que a presidência da República, ganhando mais do que o governador do Estado, defensor público ganhando mais do que o governador da Bahia, mais do que um senador, e é tudo normal. Não tenho nada contra a categoria do defensor ou qualquer categoria, só estou dando o exemplo, e quem me está ouvindo sabe que essa é a realidade. Mas um País em que o traficante é pego com duas toneladas de cocaína, e o desembargador libera e ninguém diz nada. Eu não vejo nada, pelo menos nos jornais não estou vendo. Duas toneladas de cocaína! E um desembargador dá um *habeas corpus*! É normal neste País!

É fim de mundo, preparem-se para apertar mais o cinto!
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra a deputada Luiza Maia por 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero dizer ao deputado Adolfo Menezes que em algumas questões nós concordamos, mas volto a insistir, deputado, que a gente precisa fazer o debate correto sobre este momento em que o país vive. A crise não é só aqui, a crise é no mundo, a crise é do sistema capitalista, mas ninguém quer tocar nesse assunto.

Mas quero fazer também uma saudação aos universitários que estão aqui para pedir a votação do seu PL, contem com o meu apoio, gosto sempre quando tem gente do povo nessas Galerias, porque ficamos muito isolados aqui nesta Casa, ficamos aqui sozinhos e vocês nos ajudam a revitalizar nossas energias para continuarmos fazendo os debates, principalmente das questões em que acreditamos.

Voltando para o debate da crise econômica e política que estão instaladas no Brasil, acho que precisamos insistir nessa questão: a crise é do sistema capitalista. O Brasil precisa arrumar o seu orçamento. Eu estou aqui com o pacote da presidenta Dilma e há algumas coisas acho que não têm saída e outras eu acho que ela precisa ter coragem de fazer o enfrentamento. Quando eu falo em arrumar o orçamento, quero dizer o quê? Hoje, se pegarmos o orçamento do País, 600 bilhões por ano é para se pagar o serviço de uma dívida; 90 bilhões para a educação, 80 bilhões para a saúde. Não pode estar certo, não há condição. Agora, como é que a gente faz para que esta questão seja resolvida? A presidenta Dilma não pode continuar querendo resolver o problema da crise saindo pela direita, apoiando sempre quem ganhou muito. O trabalhador está numa situação difícil, pois nos momentos de crise quem sempre ganhou é quem tem que pagar a conta. E não jogar essa conta e sair cortando investimentos das áreas sociais, demitindo trabalhadores. Isso não está certo, não tem o meu apoio.

E eu quero fazer aqui a discussão da CPMF. Quando foi colocada a CPMF na época dos tucanos, que hoje são os paladinos da moralidade, era 0,38%; A proposta da presidenta agora é de 0,2%. Imaginem a diferença. E eu acho que é um imposto que deveria ser implantado, e tenho certeza – isso inclusive foi dito por muitos órgão de imprensa – que a queda da CPMF é porque estava também revelando a sonegação. Então acho que dentre essas medidas que ela propõe... Discordo completamente se for atingir o servidor, cortar gastos do programa Minha Casa Minha Vida, quando sabemos que há tantos brasileiros ainda na expectativa de ter a sua casa própria, e esse programa estava ajudando tanto! Aqui diz: Maior tributação sobre os ganhos de capital. Esse aqui é outra questão que precisa ser resolvida. Quem trabalha paga 27,5% de imposto e os banqueiros, as grandes corporações, os que vivem de renda e das especulações financeiras pagam 15%.

Então tem muita coisa para ser ajustada. Agora eu acho que as nossas reformas estruturantes que não saem, as reformas política e tributária é o que precisa ser feito,

porque se já tivessem sido realizadas, não estaríamos, hoje, nesta situação de dificuldades como bem falou aqui o deputado Alex sobre essa questão dos municípios.

Nesta semana, se não me engano, vamos ter o encontro dos prefeitos, lá, em Guarajuba. E a gente sabe das dificuldades. E a principal dificuldade se encontra na concentração da arrecadação tributária no Brasil na mão da União e esta tem de ser quebrada. Só que, hoje, tem uma parcela da oposição e da grande mídia que querem tocar fogo no Brasil diante do seguinte pensamento: quanto pior, melhor. Eu não sei quem sai ganhando com isso.

Quando, aqui desta tribuna, eu falei que, por trás da crise econômica, tinha toda uma articulação do capital internacional, principalmente, do capital financeiro norte-americano, fui motivo de piada e de gozação aqui o tempo todo. Mas a gente sabe que há grandes interesses em criar esta confusão no Brasil para poder se dar bem.

Acho que é um momento difícil que o País está passando. Não é brincadeira. Na prática, o exercício da política neste Brasil, hoje, está, completamente, desmoralizado. Temos de resgatar o respeito, porque, em meu entender, a atividade política é a mais nobre do ser humano e, hoje, tal atividade é vista como ladrões, corruptos e outros adjetivos mais que não podemos deixar.

Acho que mesmo as nossas instituições sendo atingidas como estão, o Brasil vive um momento difícil. O trabalhador e o povo precisam estar atentos e saber do seu papel e do seu poder de ir às ruas e exigir as mudanças que precisamos e apoiar o que for necessário para fortalecer quem foi eleito democraticamente e que, hoje, está sofrendo ameaças de golpe. Acho que tal postura não dá certo e nunca deu em canto nenhum.

No entanto, por outro lado, na história do nosso Brasil, este não é o primeiro momento tampouco não é o primeiro gestor máximo no Brasil quem sofre as ameaças e as tentativas de golpe como a nossa presidenta Dilma está sofrendo.

Então, como já acabou o meu tempo, eu fico por aqui.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Alex da Piatã.

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, público presente nas galerias, imprensa, todos os que nos ouvem pela *TV Assembleia*, quero narrar que tivemos, hoje, uma sessão extraordinária da Comissão Especial de Desenvolvimento Regional onde pudemos mudar a data e horário da nossa comissão que passará a acontecer a partir das quartas-feiras às 9 horas.

Em função disso, quero deixar todos os Srs. Deputados cientes desta mudança e da importância quando debatemos, ali, que já tínhamos, no primeiro semestre, feito um diagnóstico, em nosso Estado, desta distribuição da renda nas regiões.

Constatamos 76% em torno da arrecadação estadual. E já tenho outras informações. O nosso secretário do Planejamento, o vice-governador João Leão, já nos deu informações de que esse número atualizado, agora, em 2015, já ultrapassa

dos 80% de que a arrecadação do nosso Estado está em mais de 80% concentrada na Região Metropolitana e em um pequeno pedaço do Recôncavo da Bahia.

Esta Casa tem a obrigação de poder contribuir para a mudança desta realidade, deputado Sandro Régis, porque tenho certeza de que muitos deputados, aqui, são maioria e representam regiões e cidades do interior. Todos, aqui, principalmente, sabem do sofrimento da população do semiárido, pois a mesma tem de migrar para os grandes centros em busca de emprego, porque, aqui, está concentrado mais de 80% do desenvolvimento dos investimentos do nosso Estado.

E, assim, decidimos que, neste segundo semestre, realizaremos audiências públicas nas diversas regiões e nos diversos territórios para podermos, Sr^a Presidenta, estar discutindo e levando soluções concretas para que este desenvolvimento possa ser migrado para o interior deste Estado, porque, na última audiência que tivemos, inclusive com o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Dr. Jorge Hereda, ele nos colocou que mais de quatrocentas empresas querem ir para a Bahia, mas que, infelizmente, 90% destas querem ir para a Região Metropolitana. E se nós permitirmos isso, se nós não entrarmos nessa discussão, nós que fomos eleitos pelo povo, principalmente aqueles que estão representando o povo no interior, que estão representando os diversos territórios e regiões, nas várias cidades do interior do Estado, se não entrarmos nessa discussão para convencer essas empresas junto ao governo do Estado, para que as mesmas se desloquem para o interior do Estado, nós vamos ter esse número cada dia crescente. E, com certeza, vamos piorar, porque muitas vezes olhamos para situações específicas da saúde, da violência, sem saber que é muito em função e consequência desse grande êxodo que está ocorrendo para a Região Metropolitana.

Então, eu tenho certeza que essa Comissão Especial de Desenvolvimento Regional, agora nesse segundo semestre, com essa discussão nas diversas regiões e nos diversos territórios, dá a sua contribuição para que nós possamos escoar esse desenvolvimento, esses investimentos para o interior do nosso Estado, e, principalmente, para o semiárido, que é o maior território do Estado e onde está o maior bolsão de pobreza.

Por hoje é só. Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Luiza Maia):- Com a palavra o deputado Zó pelo tempo de até 5 minutos. (Pausa.) Na ausência do deputado Zó, com a palavra o deputado Fábio Souto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr^a Presidenta, deputada Luiza Maia, Srs. Deputados, Sr^a Deputadas, Imprensa da Bahia, professores da Bahia aqui presentes, muito prazer em receber todos vocês hoje, aqui.

Analisando o pacote, ontem, do governo federal, do governo Dilma, fica claro algumas coisas que eu diria, reputo muito importantes. De 65 bilhões desse pacote que ontem foi anunciado pelo governo federal, 32 bilhões vão ser da CPMF, uma contribuição que, mais uma vez eu digo, é uma contribuição regressiva, uma

contribuição injusta.

Basicamente, para ilustrar essa contribuição, um cidadão que ganha 10 mil reais e passa um cheque de 100 reais vai pagar o mesmo imposto que um cidadão que ganha um salário mínimo, e que vai passar esse mesmo cheque de cem reais. Ambos vão pagar a mesma taxa.

É um imposto que atinge a camada mais pobre do nosso País de forma efetiva, e, sem sombra de dúvida, juntando a CPMF, observamos que o governo federal retira do funcionalismo público de 10 a 12 bilhões de reais no ano que vem.

Então, soma-se a CPMF, deputado Adolfo, 32 bi com 12 que vai ser retirado do salário dos funcionários públicos, observamos com clareza total que o maior esforço, mais uma vez, que o governo federal solicita é o esforço da Nação, é o esforço da população, é o esforço do funcionário público do nosso País.

Juntando-se a isso, amigos aqui que são ligados à agricultura, o governo federal retirou, acho, 1,4 bilhão... Uma coisa importantíssima para o setor agrícola, que são os subsídios do preço mínimo, deputado Adolfo. Isso vai acabar. O governo anunciou que vai retirar o subsídio para o preço mínimo de vários produtos que integram a cesta mínima da nossa agricultura.

Também retira quase 5 bilhões de um grande programa do governo federal, que é o Programa Minha Casa, Minha Vida. Um programa importante que ajuda a população carente, aquelas pessoas que não têm casa no nosso País. Infelizmente, o governo federal anunciou, ontem, que vão ser retirados R\$ 5 bilhões desse programa importante.

Mas, não bastando isso, ontem o governo federal convocou governadores de todo o País, com o seguinte recado: “Olhe, nós anunciamos aqui 0,2% de CPMF, mas se vocês se articularem junto com seus deputados no Congresso Nacional, vocês podem propor 0,38% e, efetivamente, vamos nos unir para, em vez de 0,2%, aprovarmos 0,38% de CPMF”. Se não bastassem esses 32 bilhões, acho que a conta vai ser ainda muito maior. O que está engendrado a ir para a votação do Congresso é uma CPMF ainda muito maior, de 0,38%.

Deputados daqui que andam no interior, que conversam com industriais, com comerciantes, com a população mais carente, nós que somos representantes do povo há muito tempo não observávamos uma quantidade de desempregados tão grande no nosso Estado e no Brasil. Há muito tempo não observávamos a quantidade de comércios fechados no interior do Estado. Há muito tempo não víamos o pai e a mãe de família tão preocupados em perder a sua renda, em perder o seu emprego.

Vimos a esta tribuna devido à posição da Bancada da Oposição contrária a essas medidas que, mais uma vez, só prejudicam o povo da Bahia, o povo do Brasil. Sr^a Presidente Dilma Rousseff, a população não suporta mais pagar impostos. Neste momento de crise, é impossível V.Ex^a pedir à população brasileira que se sacrifique pagando mais impostos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tendo em vista que falta apenas 1 minuto para o Pequeno Expediente, vou pedir permissão... O próximo é V.Ex^a, deputado Hildécio? Só tem 1 minuto, deputado. V.Ex^a fala no horário dos partidos, pois não? (Pausa.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Marcelino Galo. Mas, antes, gostaria de informar aos Srs. Deputados que, conforme tínhamos anunciado anteriormente, vários projetos de deputados passaram pela comissão que os analisavam e foram para a Comissão de Constituição e Justiça. E o deputado Joseildo Ramos nos informou, até oficialmente, que quatro já passaram pela comissão.

Então, toda quarta-feira vamos votar projetos de deputados. Tenho informação de que chegaram sete projetos. Eu vou analisar, e esses sete, votaremos amanhã. Não sei nem quem são os autores. E se tiver algum Título de Cidadão, Medalha Dois de Julho, votaremos tudo amanhã. Quero informar que o deputado que não estiver presente a essa votação amanhã, cortarei o ponto. Porque votar projeto de deputado é muito importante. Agora o projeto precisa passar, primeiro, pelo crivo da comissão; segundo, pelo presidente, porque levo para a Mesa e analisamos se é o momento de votar; e, posteriormente, volta para a comissão. Voltando da comissão, já trago direto aqui para o Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, inicialmente gostaria de saudar o anúncio que V.Ex^a faz que vamos começar realmente a votar os projetos de iniciativa dos deputados. Também gostaria de saudar os Sr^{as} e Srs. Deputados, os nossos companheiros servidores desta Casa, companheiros da imprensa, os nossos visitantes que ocupam as Galerias em defesa da universidade, pauta fundamental, principalmente neste momento de crise. É preciso que defendamos a universidade pública e gratuita, instrumento fundamental de civilização e desenvolvimento da nossa sociedade.

Mas hoje, aqui, queria fazer um debate sobre alguns projetos de lei da nossa iniciativa que tramitam nesta Casa. São projetos que dizem respeito a uma questão que se transforma num verdadeiro descalabro da nossa sociedade, que é o uso de forma indiscriminada de agrotóxicos na nossa produção agrícola. Então o Brasil de forma muito veloz, a partir de 2008, se transformou no maior consumidor de veneno na agricultura. Nos dias atuais, movimenta mais de 1 milhão de toneladas, movimentando também recursos financeiros da ordem de 11 bilhões de dólares no comércio dessas substâncias.

E aqui sabemos que o nosso Estado, somente no oeste, em três milhões de hectares que são movimentados para práticas agrícolas, movimenta-se 600 milhões de dólares. Então é um negócio poderoso, com capacidade de interferência muito grande

em nossa sociedade.

Mas, não somente sob esses aspectos econômicos devemos analisar. Deve ser justamente levado ao debate com a nossa sociedade, porque traz uma questão de saúde pública muito grave, principalmente a saúde do trabalhador que opera na ponta desses produtos. Traz também a questão fundamental da contaminação dos nossos mananciais, recursos hídricos, dos nossos solos, porque é uma agressão gravíssima à natureza. Traz também uma questão de saúde pública que é justamente aquele consumidor que está na cidade e, muitas vezes, não tem a informação devida daquele alimento que está consumindo.

Então, hoje, instituições respeitadíssimas da saúde pública do Estado Brasileiro, organizações importantes têm ali constatado na prática o índice de contaminação, o índice de resíduos nos alimentos que a população brasileira vem consumindo.

Então encaminhamos 5 iniciativas parlamentares, sendo 4 projetos de lei, para que possamos regulamentar. Sabemos que o processo de transição, e aqui não queremos fazer factóide, nem assustar a sociedade brasileira, mas é preciso que esta Casa que tem competência para isso, passe a legislar no sentido de que possamos proteger a nossa sociedade, proteger os nossos recursos naturais.

Nesse sentido está tramitando, desde o ano passado, o projeto de lei nº 20.712/14 que estabelece a obrigatoriedade de indicação expressa dos agrotóxicos usados nos produtos alimentares produzidos e comercializados no nosso Estado.

Isso é importante porque, primeiro, que todo o consumidor tem o direito constitucional de ser informado sobre aquilo que está consumindo. E também porque os princípios ativos dos produtos têm um tempo de carência permanecendo ativo nos produtos alimentares que muitas vezes são usados em culturas para as quais não foram licenciados permanecendo ali. E a população, ao levar esses produtos e consumi-los, está sendo consumidora não só do alimento, mas também do veneno.

Há outro projeto que estabelece uma questão crucial, porque dos 50 princípios ativos mais utilizados no nosso País, cerca de 22 foram banidos dos seus países de origem. Isso significa que a Alemanha produz alguns desses princípios ativos e não consome em seu território, não aplica em seus produtos agrícolas e os mesmos somente são utilizados aqui no Brasil. Vários desses princípios ativos também são proibidos na União Europeia, na África e na China. Vejam os senhores que essas sociedades regulam o seu comércio, vetam o que ali é comercializado de forma totalmente diferente. E por que a sociedade brasileira tem que consumir o lixo que o resto do mundo despreza e não mais utiliza?

Então a população brasileira precisa se mobilizar, é uma questão muito importante, porque aqui a questão econômica subjuga de forma absoluta os interesses da saúde, os interesses ambientais da nossa sociedade.

Aqui também está tramitando um projeto que proíbe a pulverização aérea desses venenos. Isso também já foi proibido na União Europeia. Lá, não se usa mais essa forma de se aplicar de veneno na agricultura. No Distrito Federal também, recentemente, um decreto proibiu a aplicação desses produtos dessa forma. Temos

comunidades agrícolas, como no caso de Lucas Verde, em Goiás, e ali em 100% das mães foram encontrados resíduos de agrotóxicos em leite materno.

Então, a sociedade humana é uma das únicas que alimenta seus filhos com veneno, ali foram também contaminados estudantes e a população vizinha. Estamos tratando de uma questão gravíssima.

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Com o aparte o deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Agradeço pela concessão do aparte, atuante deputado Marcelino Galo, em trazer projetos aqui que demonstram que V.Ex^a está antenado com questões importantes como a alimentação, sobretudo com os produtos que consumimos. Nós, que militamos no campo, sabemos que existem exageros realmente, produtores que exageram na aplicação de agrotóxicos. Essa primeira proposição de V.Ex^a reputo de grande importância, o consumidor deve saber efetivamente o que foi aplicado no alimento que ele está consumindo. Reputo como um projeto de grande importância que atinge a saúde da população baiana. Acho que V.Ex^a está de parabéns por abordar questões tão importantes que refletem sobretudo a questão da saúde da população do Estado da Bahia.

Parabéns, deputado Marcelino Galo, deputado atuante, deputado responsável que apresenta projetos importantes para esta Casa.

O Sr. MARCELINO GALO:- Agradeço e peço que seja incorporado a este pronunciamento o aparte do nobre deputado Fábio Souto. A outra iniciativa também vem no sentido de que o Estado da Bahia implante aqui em nosso território um programa chamado PARA, que já temos uma referência em nível nacional, que é o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em produtos alimentares. É necessário para que esse programa funcione a implantação de laboratórios com a capacidade de executar esse tipo de exame. Infelizmente, hoje em nosso Estado não temos nenhum laboratório que tenha a capacidade, que esteja equipado para fazer esse tipo de análise.

Então, o PARA é fundamental porque faz a análise. Estamos discutindo e também conversamos com vários grandes produtores porque não queremos fazer uma discussão ideológica. Queremos, sim, fazer uma discussão de interesse da saúde pública e do meio ambiente. E esses grandes produtores nos colocaram que se houvesse outra alternativa, com certeza, não usaria esse pacote. Em nosso Estado e em nosso país para agravar mais essa situação esse mercado não se reduz só ao mercado legal. Temos um grave problema de contrabando desses princípios ativos que vêm da China, entram no Brasil pelo Paraguai, são diluídos e fornecidos a produtores brasileiros, que compram muito mais barato do que no mercado legal, agravando ainda mais a situação.

Temos que fortalecer a ADAB.

Tivemos, também, uma audiência com o presidente da ADAB, e ele nos falava dos preços ridículos para se registrar um produto como esse. Sabemos que existem produtos farmacêuticos para cuidar da saúde humana que tem que se registrar e pagar R\$ 80 mil. Sabe quanto é que custa para registrar um produto para ser usado na

agricultura? Custa R\$ 1.800,00. Esses produtos, para serem revendidos em nosso Estado, saem a R\$ 748,00 por uma única vez. O prestador de serviço, aquele que faz aplicação, cobra R\$ 445,00.

E, vejam, se formos analisar o problema de saúde pública, o nível de contaminação, por ano são contaminados 400 mil homens e mulheres que trabalham no campo brasileiro, sendo que 2.151 crianças de 0 a 14 anos manipulam esses produtos. Então, quem cobre esses custos de saúde, de tratamento, é o sistema público de saúde, que gasta milhões e milhões de reais.

E esses produtos também têm 60% de isenção fiscal.

A sociedade é quem paga os custos da saúde pelos danos causados à saúde do trabalhador, à saúde de quem mora no campo e à saúde do consumidor brasileiro.

Outra iniciativa para fechar essa cadeia... Não queremos, aqui, só fazer denúncias, mas, também, apresentar caminhos e soluções. Então, estamos apresentando um projeto de lei que institui a Política Estadual de Agroecologia e de Conhecimento para a Produção Orgânica, e dá outras providências. O objetivo desse projeto é dar um arcabouço jurídico para que o Estado tenha condições de formular e implementar um projeto que incentive, e que seja capaz de fazer a transição e de mitigar os efeitos desastrosos que estão ocorrendo, hoje, em nossa sociedade.

Sabemos que para praticar a agricultura orgânica é preciso um conhecimento muito mais sofisticado, é preciso compreender a natureza, deputado Eduardo Salles, com muito mais profundidade, porque temos que conviver de forma diversa, de forma harmônica com o sistema, sem simplificar, como ocorre hoje.

Então, esses projetos vêm no sentido de que possamos, aqui, na Comissão de Meio Ambiente, na Comissão de Agricultura e na Comissão de Direitos Humanos e dos Direitos da Natureza, porque ainda não avançamos na dimensão de que é necessário considerarmos que a natureza, por não ter os deveres e a reciprocidade que é cobrada aos direitos humanos de 2ª e 3ª gerações, é desprezada. É preciso que tomemos providências, porque a natureza já está respondendo, de forma concreta.

Aí, temos uma questão, também, que é o aquecimento global. Estamos vendo a cada ano o calor, as extremidades, que as ocorrências de desastres são cada vez mais intensas. E isso tem a ver com a forma como o homem intervém na natureza.

Não podemos permitir... E o deputado Eduardo Salles, que conhece a questão, sabe que 20% da produção desses venenos agrícolas estão sendo consumidos em nosso País. No entanto, não somos o maior produtor agrícola.

Os Estados Unidos,...

O Sr. Eduardo Salles:- Um aparte, deputado!

O Sr. MARCELINO GALO:- É tão bacana copiar os americanos!

(...) em seus plantios de soja, reduziram de 71 gramas para 20 gramas no uso de produtos. Os Estados Unidos, um dos maiores produtores de alimentos, não são os maiores consumidores de agrotóxicos.

Então, deputado Eduardo Salles, que ora pede um aparte, irei concedê-lo a V.Exª, porque vamos debater a fundo essa questão aqui, nesta Casa, e também de forma pública, contribuindo para informar à nossa sociedade.

Por favor, deputado!

O Sr. Eduardo Salles:- Deputado Marcelino Galo, primeiro, quero parabenizá-lo por suas palavras e dizer que nós dois somos colegas, engenheiros agrônomos, temos uma vida dedicada à agropecuária baiana, sem dúvida alguma.

Esta Casa tem o dever de debater, democraticamente, todos os pontos relativos às discordâncias, em todos os pontos que sejam colocados aqui. Adoraria concordar com V.Ex^a, porque adoraria que minha família e eu pudéssemos nos alimentar apenas com produtos orgânicos.

Infelizmente, V.Ex^a sabe que o orgânico produz tem entre 20% e 40% da produtividade normal de qualquer produto. O mundo tem 7 bilhões de habitantes para alimentar, deputado Marcelino Galo, e o Brasil é uma fronteira agrícola que teria que crescer 20% nos próximos 5 anos para poder dar conta de produzir o alimento necessário para o mundo.

Veja bem, deputado, a Bahia, como V.Ex^a sabe, é um Estado do tamanho da França, com 58 milhões de hectares. Nessa Bahia se produz de tudo: é o maior produtor de cacau, de sisal, de mamona, de frutas; temos o maior rebanho caprino e o segundo maior rebanho ovino. Enfim, somos grandiosos demais na agropecuária, e sabemos que não teríamos condições, deputado Marcelino Galo, de produzir organicamente todos esses produtos.

Em um certo momento, debateremos isso, com certeza, na Comissão de Meio Ambiente, como V.Ex^a falou, e também na Comissão de Agricultura. Mas quero que V.Ex^a entenda, também, que temos um órgão federal, que é o Ministério da Agricultura, e que existe um conselho composto pela Anvisa, pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Agricultura. Qualquer produto para ser aprovado, qualquer defensivo agropecuário que é aprovado, passa por todo esse crivo. Hoje, os produtos aqui utilizados, grande parte deles, já são aprovados em outros lugares e não podem ser utilizados aqui, no Brasil, deputado Marcelino Galo.

Quero dizer a V.Ex^a que vamos debater isso no fórum adequado, com os conhecimentos adequados. Agora, digo a V.Ex^a, nós temos que pensar muito nesta Casa, porque ela pode inviabilizar a geração de milhares de empregos. A Bahia tem a maior população rural do País, deputado Marcelino Galo, a Bahia tem a maior população de agricultores familiares do País, deputado Marcelino Galo. E nós estamos tendo um êxodo rural muito grande hoje. Então, quanto mais a gente cria entrave no campo, mais veremos o êxodo rural e o encaminhamento dessas populações para a cidade.

Eu não tenho dúvida alguma quanto a isso. O senhor é engenheiro agrônomo e eu também, deputado. Vamos poder debater nesta Casa quantas vezes necessário for com argumentos. Os seus argumentos pelos produtos orgânicos são sensatos e válidos. Volto à ressaltar. Adoro este argumento orgânico. Adoraria que a minha família toda consumisse produtos orgânicos.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Para concluir, deputado.

O Sr. Eduardo Salles:- Só que o produto orgânico custaria muito caro e a população sofrida não teria condição de consumir esse produto. Volto a dizer:

estaremos juntos na Comissão de Meio Ambiente, na Comissão de Agricultura e em todos os fóruns para discutir este assunto, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO:- Agradeço o aparte do nobre deputado.

Digo que, em 1978, na Escola de Agronomia, fazíamos uma experiência com a horta orgânica. E o debate que se estabelecia na sociedade era, justamente, esse. A cantilena era a de que esses produtos viriam acabar com a fome. A fome não é uma questão de produção. A fome é uma questão de distribuição e acesso à renda. O mundo tem alimento em excesso hoje. Esta mesma cantilena foi utilizada na Revolução Verde e nos levou a esta situação em que estamos vivendo hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO:- Se V.Ex^a trouxer as estatísticas dizendo quem dos 665 mil agricultores familiares utiliza esses produtos, veremos se tratar de uma pequena minoria. Esses produtos estão concentrados por produção de produtores específicos. Teremos a oportunidade de fazer um grande debate e, aqui, aprofundar a realidade do nosso Estado, porque é para isso que estamos nesta Casa.

Deputado, peço desculpas. O meu tempo acabou. Mas continuaremos este grande debate.

(Não foi revisto pelo orador nem aparteantes.)

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Só um instante, posteriormente, concederei a sua questão de ordem.

Srs. Deputados, antes, porém, deixem-me anunciar que, nas Galerias Paulo Jackson da nossa Casa, encontram-se os estudantes da Escola Municipal Pedro Paranhos, de Portão, em Lauro de Freitas. (Palmas.) Sejam bem-vindos!

Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao nobre colega e deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, primeiro, parabênizo V.Ex^a por estar na Presidência dos Trabalhos, pois é um deputado jovem e honra muito esta Casa.

Estava pedindo a questão de ordem para, também, na verdade, desejar as boas-vindas aos *mui* dignos estudantes jovens da Escola Municipal Pedro Paranhos (palmas) que honram esta Casa Legislativa com as suas visitas. Os estudantes são o futuro da nossa Nação. Quem sabe se, aí, não estão os futuros legisladores ou os futuros gestores do nosso Estado, além de outros destinos que a Nação tenha para eles? Aproveito para dar as boas-vindas.

Saúdo os companheiros e as companheiras que estão fazendo o seu trabalho em defesa da universidade que pede a urgência na votação do projeto de lei 21.420/2015 ao fórum das ADS. Sejam, portanto, bem-vindos também V.Ex^{as}! Posso chamá-los assim? V.Ex^{as} são os verdadeiros, porque os senhores elegem o povo aqui embaixo. Excelentes são os eleitores muito mais do que nós. (Palmas.) Sejam bem-vindos a esta Casa. (Palmas.)

Então, Sr. Presidente, encerro a minha questão de ordem pedindo que seja feita

uma análise com a Presidência desta Casa, com os Líderes do governo e da Oposição para ver quais são os projetos que estão na pauta a fim de que possamos, imediatamente, passar a analisar e a votar o projeto com o intuito de não passarmos a noite aqui.

Peço aos Líderes da Oposição e do governo conversar com a Presidência da Casa e com o esforço de V.Ex^a para darmos andamento aos trabalhos e fazer os debates para o bem do povo da Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- V.Ex^a será atendido. Muito obrigado, deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, primeiro, quero, em nome da Bancada de Oposição, saudar os estudantes presentes nesta Assembleia.

Comunico à Presidência que os professores da universidade estadual nos procuraram hoje para pedir que a Oposição dispense as formalidades para votar o projeto de lei 21.420/2015. E nós nos comprometemos.

Quero comunicar ao líder do PT, deputado Rosemberg Pinto, em nome do líder do governo, que se o governo trazer a dispensa de formalidade para que esta Casa possa votar hoje, abrindo mão de todas as questões regimentais, o projeto 21.420/2015, referente às universidades estaduais, nós iremos assinar pois entendemos que é um projeto importante e que irá fortalecer a educação do nosso Estado.

A Bancada de Oposição está pronta para assinar a dispensa de formalidade para que o projeto seja votado. Só depende, nesse momento, que o deputado ou que o governo traga a dispensa para votação do projeto.

Muito obrigado.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, nobre líder.

Questão de ordem, deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, o nosso líder conversou conosco, não foi pedido questão de ordem para verificação de quórum, então vamos dar continuidade à presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo ou Líder da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

A Sra. Fátima Nunes:- Sr. Presidente, pelo tempo de 11 minutos falará o nosso querido deputado Zé Raimundo, líder das conquistas do povo e da sua terra também.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre colega Zé Raimundo pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados, deputadas,

presentes às galerias, dirigentes do Fórum de ADS, aqueles que nos assistem nos gabinetes e pela *TV Assembleia*, gostaria de trazer algumas breves informações, algumas considerações nesta breve intervenção que faremos.

Inicialmente, gostaria de parabenizar o líder Sandro Régis por sua atitude. Acredito que o nosso líder Zé Neto não fará objeção para que seja agilizado o processo de aprovação do projeto de lei 21.214/2015, que dará uma nova estrutura, vai melhorar o fluxo do quadro de carreira das universidades estaduais, fruto da luta das ADS e também, evidentemente, de uma negociação estabelecida com o governador Rui Costa e com o nosso secretário Osvaldo Barreto.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, gostaria de falar da importância de algumas ações e políticas do governo do Estado no momento em que assistimos a uma série de críticas da Oposição. Praticamente todos os dias os deputados da Oposição apontam algumas situações na área da saúde, situações que realmente reconhecemos críticas, mas devemos louvar as iniciativas. E mesmo com essa crise de financiamento do SUS, quando há mais de 6 anos retiraram mais de 40 bilhões do SUS anualmente, mesmo assim há um esforço do governo federal, do governo do Estado para dotar a nossa saúde de algumas condições.

Hoje pela manhã, por exemplo, fizemos parte rapidamente de um ato em que o governo do Estado entregou a várias prefeituras ambulâncias para o SAMU 192, ambulâncias que permitirão, naquela situação de emergência, que o cidadão comum tenha acesso a um transporte e à assistência médica.

Por isso, quero parabenizar o prefeito Gil Rocha, de Guajeru, e o prefeito Ceará, de Malhadas de Pedras, por terem recebido esses equipamentos, que também foram enviados a outras prefeituras.

Nessa mesma linha, Sr. Presidente, no dia 03 de agosto, uma equipe da Folha de São Paulo visitou o hospital de base de Vitória da Conquista. Mais adiante a Folha de São Paulo publicou um caderno com um diagnóstico sobre um projeto pioneiro do Hospital Albert Einstein, em São Paulo, que presta serviços a vários hospitais do Brasil, inclusive ao Hospital Geral de Vitória da Conquista.

Está lá a matéria de folha dupla com fotografias e com depoimentos de médicos, funcionários e da nossa diretora do hospital de base, Leninha, mostrando esse esforço extraordinário. Está lá relatado que, mesmo com as dificuldades, o hospital de base recebeu um aconselhamento direto dos profissionais do Albert Einstein de São Paulo. Naquele evento, naquele episódio os técnicos e também os especialistas de São Paulo orientaram os nossos médicos de Vitória da Conquista.

Esse é um novo momento, uma nova fronteira que vem sendo implantada no Brasil para que as regiões que não detém um número significativo de especialistas possam usufruir daqueles centros mais avançados.

Então, é importante que os deputados reconheçam que, hoje, por exemplo, várias prefeituras que não são da Base do governo, várias prefeituras que são dirigidas por prefeitos de oposição ao governador Rui Costa receberam o SAMU 192, porque se trata de uma política de governo, uma política da saúde pública. Por isso, gostaria de ressaltar e de registrar essa nossa compreensão.

O terceiro assunto que trago, Sr. Presidente, é a votação dos projetos de lei de iniciativa de deputados. Eu volto a dizer que, na estrutura política brasileira, temos uma União forte, uma federação relativamente forte e também municípios com muitos poderes. Agora, aparece um quarto ente federativo, Srs. Professores, que são os consórcios intermunicipais. É a mais complexa organização política do mundo.

Na Europa, do ponto de vista do governo, temos países centralizados, países unitários ou países parlamentaristas, mas na hierarquia política não há nenhum País com a União, a federação e o poder local. Qual é o poder local? Os departamentos unitários. Quando muito, como na Espanha, temos as regiões administrativas e o poder local. Talvez a Espanha seja um dos arranjos com uma certa complexidade.

No Brasil, não, todo mundo quer fazer leis, todo mundo quer mandar, ou seja, vivemos, na verdade, em um Estado em migalhas. A nossa estrutura política é completamente fragmentada. E, ainda por cima, dentro dos poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – cada um se sente uma ilha. Dentro do Judiciário temos a Defensoria, o Ministério Público... Trata-se de uma verdadeira fragmentação!

Precisamos de um novo Leviatã, de um novo Estado moderno democrático de direito que tenha uma eficácia, que tenha uma burocracia que possa funcionar. Com isso, ganharíamos muito na capacidade de atender o cidadão.

É por isso que, muitas vezes, – eu estou no segundo mandato, caminhando para os cinco anos de Assembleia – vejo a angústia dos deputados. Contudo, efetivamente, os artigos 23 e 24 da Constituição Federal limitam o poder regional e local, mas mesmo assim divide a iniciativa do Poder Executivo, a iniciativa dos parlamentares e a iniciativa do Poder Judiciário.

Eu, por exemplo, tenho dois projetos de lei tramitando nesta Casa. Eu vou fazer uma força para me empenhar a fim de que esses dois projetos sejam aprovados. Um deles diz respeito à área da memória dos monumentos. É preciso que possamos regulamentar a denominação de logradouros público.

Inclusive, há uma solicitação ou um requerimento para a Mesa Diretora aprovar a recomendação para que o Congresso Nacional faça retornar a denominação do aeroporto de Salvador para Aeroporto Dois de Julho.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Um aparte, excelência.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- No levantamento que fiz, não se trata de nenhuma atitude contra a denominação Aeroporto Luís Eduardo Magalhães, até porque já existe uma fundação e um memorial específico em sua homenagem. Existem mais de 100 logradouros públicos, na Bahia, com o nome de Luís Eduardo Magalhães. Há municípios com três, quatro, cinco equipamentos com essa denominação. É necessário rever isso.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Um momento, deputado.

O outro projeto de lei diz respeito às seguradoras de carros. Essas empresas precisam permitir que o proprietário escolha, livremente, a oficina em que deverá levar o seu veículo. Hoje, as seguradoras fazem uma verdadeira chantagem com seus segurados.

Com a palavra, para um aparte, o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Nobre deputado, quero parabenizá-lo por mais um brilhante pronunciamento nesta Casa.

Aproveito para dizer a V.Ex^a que este País, na verdade, precisa continuar sendo passado a limpo. Tudo o que V.Ex^a tem falado e fala, neste discurso memorável, é de vital importância para a Bahia. No entanto, apesar de a Constituição afirmar que os poderes são harmônicos e independentes, isso está no arcabouço escrito. Na prática, isso não tem acontecido.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Para concluir, deputado.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Nós, políticos, precisamos aproveitar esta onda de transformação para fazer valer a autonomia dos poderes. Seria um poder respeitando outro com harmonia. Esta Nação não funcionará enquanto o Poder Legislativo influenciar as decisões dos Tribunais de Contas e as decisões do Judiciário. Vejam, é o poder político quem coloca o ministro no Supremo Tribunal Federal.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Para concluir, deputado.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Portanto o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, lamentavelmente, começam a se confundir. Uma casa legislativa não aprova o financiamento público; a outra, aprova. E quem decidirá isso é o Judiciário. Então um poder interfere no outro.

Muito obrigado pelo aparte, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Gostaria de incorporar o aparte de V.Ex^a, deputado Isidório, ao meu pronunciamento.

Ao concluir, precisamos aproveitar este momento de questionamentos e de crise para fazermos uma grande reforma política neste País, inclusive, a reforma do Parlamento! Repito! Se não fizermos uma reforma, o povo passará por cima do Parlamento brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputado!

Quero comunicar ao Líder da Oposição, deputado Sandro Régis, que chega às minhas mãos um requerimento assinado por V.Ex^a e pelo Líder do Governo, deputado Zé Neto, pedindo dispensa de todas as formalidades regimentais para o projeto de lei nº 21.420/2015, de autoria do Poder Executivo, que estabelece o quadro de cargos de provimento permanente de magistério público das universidades do Estado da Bahia. O mesmo está sobre a Mesa para ser apreciado.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem do deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- A minha questão de ordem é para agradecer a V.Ex^a pelo bem senso e, principalmente, ao deputado Sandro Régis, Líder da

Oposição, que teve, mais uma vez, a sensibilidade de entender, junto ao Líder do Governo, deputado Zé Neto, a necessidade de trazer, à prática, o debate, a discussão e a aprovação do projeto que toca na questão dos professores, que é o PL nº 21.420/2015.

Portanto quero agradecer, mais uma vez, aos deputados Sandro Régis e Zé Neto pela dispensa das formalidades regimentais para que possamos fazer as coisas acontecerem em benefício das universidades.

Muito obrigado. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, por 6 minutos, falará o deputado Adolfo Viana e, por 5 minutos, o deputado Luciano Simões Filho.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre colega e deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Parlamentares, gostaria de saudar os professores que aguardam com ansiedade a aprovação deste justo projeto de lei. Aproveito para parabenizar, aqui, o Líder da Oposição, deputado Sandro Régis, e o Líder do Governo, pela dispensa de formalidades para que este projeto pudesse ser aprovado nesta tarde.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o Brasil inteiro aguarda, com ansiedade, os desdobramentos que acontecerão no Congresso Nacional. Todos nós sabemos que o Partido dos Trabalhadores arruinou a economia do País. A presidente Dilma Rousseff se elegeu enganando o povo brasileiro. No período pré-eleitoral, a presidente e então candidata afirmou que a tarifa de energia elétrica ficaria 18% mais barata, que os preços do combustível não aumentariam e que os impostos estavam controlados.

O Partido dos Trabalhadores, também, promoveu o maior escândalo de corrupção jamais visto na história do Brasil. E, agora, o Partido dos Trabalhadores quer cobrar do povo brasileiro a conta de uma gestão irresponsável!

O povo brasileiro já reprovou o governo do Partido dos Trabalhadores em uma totalidade de quase 80%!

E nós ficamos a esperar uma postura do governo e uma postura que possa dar um caminho para que a população do Brasil possa enxergar um futuro melhor.

Mas a atual presidente da República está, completamente, vendida no lance. Ela não tem a capacidade, deputado Herzem Gusmão, de apresentar, para o povo brasileiro, um caminho. Ora ela fala em redução de ministérios, ora ela fala na volta da CPMF. Várias são as sugestões que a presidente Dilma vem dando. São todas elas no sentido de penalizar a população aumentando taxas de juros.

Eu queria fazer uma reflexão, porque o povo da Bahia espera que este Parlamento, também, se manifeste. A Câmara Federal lançou uma proposta em prol do *impeachment* que, em 2 dias, rendeu mais de 500 mil assinaturas a favor. Eu tenho certeza de que isso ainda não foi amplamente divulgado. Mas no momento em que a população tomar conhecimento de que tal proposta está em curso, o número de

assinaturas se multiplicará gradativamente.

A presidente Dilma fala muito na volta da CPMF. Isso significa, deputado e amigo Rosemberg Pinto, cobrar da população a irresponsabilidade de um governo que permitiu que a corrupção fosse instalada institucionalmente, pois não cumpriu com a palavra no período pré-eleitoral, deputado Joseildo Ramos.

A presidente conquistou a confiança do povo brasileiro dando garantias no período pré-eleitoral que, hoje, não pode cumprir. O que nós esperávamos? Esperávamos que ela apresentasse um caminho concreto.

Mas ela perdeu, completamente, esta capacidade. Acho, sinceramente, que ela deveria ter a humildade e admitir que enganou, sim, o povo brasileiro ou, no mínimo, ela própria se enganou. Em momento algum, tivemos a oportunidade de ver a presidente Dilma Rousseff fazendo um mea-culpa ao admitir erros do seu governo.

Muito pelo contrário! Ela, sempre, apresentou uma proposta nova ao dizer que encontraria uma solução para a atual crise do País. Eu quero dizer as Sr^{as}. e aos Srs. Parlamentares que a única alternativa que eu vejo para que o País possa voltar a encontrar um caminho de prosperidade é a presidente Dilma reconhecer que falhou, errou e se equivocou.

E espera-se, de uma vez por todas, que ela peça para sair e dê lugar a alguém que tenha condição de conduzir o País para um caminho melhor.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde a todos os Srs. e Sr^{as}. Deputadas e professores presentes.

Reafirmo, neste momento, o que falou o meu Líder da Oposição Sandro Régis. O que depender da PL nº 21.420/2015, a Oposição estará à disposição para o trânsito mais rápido deste projeto de lei.

Sr^{as}. e Srs. Deputados, membros da imprensa, venho, hoje, a esta tribuna corroborar com o discurso do nobre colega Adolfo Viana. Em artigo publicado hoje pela jornalista e economista Miriam Leitão, esta faz um panorama muito claro deste arremedo de reforma administrativa que a presidente Dilma Rousseff apresentou para o nosso País.

Peço vênias aos senhores e as senhoras para uma breve leitura deste artigo publicado hoje.

(Lê) *“O anúncio do governo, ontem, veio com atraso e é insuficiente. A maior parte do ajuste está na recriação da CPMF, que ainda depende de aprovação do Congresso, e os cortes não corrigem as principais distorções do Orçamento que estão nos gastos obrigatórios da União. Os investimentos foram afetados, haverá encarecimento da exportação, e o aumento de impostos vai diminuir a confiança na economia.*

Dos R\$ 64,9 bilhões de esforço anunciado ontem ou cerca 1,1% do PIB, cerca

de R\$ 26 bilhões são cortes de gastos enquanto R\$ 38,9 bilhões são aumento de receitas. Ou seja, o ajuste está sendo feito da pior maneira, com aumento da carga tributária e redução de competitividade da economia.

Ao invés de apresentar ao Congresso um projeto de reforma da Previdência, o governo encaminhou a recriação da CPMF, para ajudar a tapar um rombo que cresce de forma assustadora: sairá de R\$ 58 bilhões no ano passado para R\$ 88 bilhões este ano e R\$ 116 bilhões no ano que vem. Essa alta tem relação direta com a indexação do salário mínimo, que terá reajuste de 10% em 2016, mesmo com a economia em recessão. Quando sugeriu rever a regra no início do ano, o ministro Nelson Barbosa foi desautorizado pela presidente Dilma.”

Amigos e amigas, mais uma vez, o governo do PT dá as costas à responsabilidade que as urnas determinaram. Em vez de encarar o momento de crise, melhor, uma “policrise” – como bem falou o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, crise econômica, crise política e crise moral – e em vez de encarar os problemas e mostrar para o Congresso Nacional uma reforma da máquina pública, uma reforma previdenciária, uma reforma tributária decentes, o governo não fez isso. Não! O governo do PT, mais uma vez, engana o povo brasileiro e a opinião pública.

O descaso com a economia é claro. Temos de fazer a seguinte ponderação com os números que não mentem. A média anual de crescimento do PIB do nosso País foi de 1,1% entre os anos de 2011 a 2014. Nesse mesmo período, o crescimento dos gastos públicos foram de 3,6%.

Na última semana, pela *International Financial Reporting Standards*, o Brasil perdeu o grau de investimento. Hoje, estamos no grau de investimento especulativo. É de conhecimento internacional que o Brasil perdeu sua credibilidade. O dinheiro será cada vez mais caro para o nosso País, para as nossas empresas e para os nossos cidadãos.

Temos de lembrar que os cortes do governo – que não são feitos decentemente – estão sendo feitos nos benefícios sociais que são o pano de fundo de todo o governo. Só hoje, mais de 800 mil famílias foram cortadas do Programa Bolsa Família, que é o repasse do governo federal.

Esta é a forma como o governo do PT encara os problemas do Brasil: tapando o sol com a peneira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o Líder do governo, da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, o deputado Rosemberg Pinto falará por todo tempo de 11 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre líder do PT nesta Casa, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas,

senhores professores, servidores, imprensa, quero retribuir a gentileza ao deputado Herzem Gusmão. Deputado Herzem, faremos, amanhã, uma bela reunião e cobraremos da empresa Via Bahia as propostas para a agilização das ações de pavimentação nas diversas cidades, em especial, na região de Vitória da Conquista.

Ouvi, atentamente, o meu querido amigo Adolfo Viana. Ele incorporou o espírito de alguns deputados da legislatura passada. Estranhei quando o deputado falou que era uma irresponsabilidade reeditar a CPMF como sendo uma irresponsabilidade do nosso governo.

Se é verdade, deputado Adolfo Viana, que a criação da CPMF é por conta da irresponsabilidade do governo, V.Ex^a está chamando o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de irresponsável, porque foi no governo dele em que se foi instituída, pela primeira vez, a CPMF no Brasil.

Deputado Joseildo, fico estranhando algumas colocações.

Mas eu queria também dialogar com o deputado Fábio Souto a respeito de que a CPMF taxa mais os pobres do que os ricos. Não é verdade. Quem ganha R\$ 780,00, se fizer a movimentação de R\$ 780,00, ele vai pagar um percentual sobre os R\$ 780,00. Quem ganha R\$ 8.000,00, R\$10.000,00, vai pagar um percentual sobre esse valor na movimentação. Ela tem uma taxa igual do ponto de vista da proporcionalidade.

Na proposta de regulamentação da CPMF traz embutido uma anistia até R\$ 1.000,00. Ou seja, quem ganha salário mínimo não terá prejuízo com relação a pagamento de qualquer tipo de taxa nesse sentido.

Eu topo fazer esse debate aqui sem nenhum problema. Ouvi aqui e lamento às vezes quando o deputado Adolfo Viana, talvez um dos deputados mais queridos, meu amigo, mas se tornou uma pessoa ácida em relação ao Partido dos Trabalhadores.

Ora, falar aqui que o Partido dos Trabalhadores envolvido com corrupção, esquece o deputado Adolfo Viana que o seu candidato a presidente da República, derrotado pela presidenta Dilma, Aloysio Nunes e José Serra estão sendo investigados nessa mesma Operação Lava Jato. E foi a Andrade Gutierrez que deu 20 milhões de contribuição para o candidato do PSDB. Essa mesma Andrade Gutierrez que o deputado Antônio Imbassahy fica falando em paladino da moralidade.

Inclusive, vi várias declarações de que o Ministério Público Federal aqui na Bahia fez uma denúncia de que a licitação do metrô de Salvador foi fraudada no seu governo, não sou eu quem está dizendo, quem está falando isso é o Ministério Público Federal, que diz que foi fraudada para privilegiar a empresa Andrade Gutierrez e a Camargo Corrêa. Coincidentemente, a empresa Andrade Gutierrez é a maior financiadora da campanha do PSDB.

Ora, não me venha aqui falar de moralidade nessa questão. Quero fazer o debate aqui do cenário econômico e político em que vive o País. E concordo com algumas colocações aqui de alguns deputados, inclusive da Oposição, acho que seria necessário que se tivesse feito uma reforma tributária mais consistente, mas esse Congresso que está lá não quer fazer a reforma tributária. Uma reforma tributária que garanta uma distribuição melhor para estados e municípios, que faça com que aqueles

que ganham mais possam pagar mais pelas despesas que têm União, estados e municípios. Mas não é assim que quer a maioria dos deputados que defende os interesses dos mais ricos no Congresso Nacional.

É por isso que não sai a reforma tributária. É por isso que não sai a reforma política. É por isso que no Congresso Nacional querem a manutenção do financiamento empresarial de campanha. Não estou dando uma de “advogado do diabo”, porque a minha campanha teve financiamento empresarial.

Então não vou aqui fazer demagogia, porque alguns falam por demagogia, não quero tratar isso, mas quero dizer que se não rompermos com esse processo de fomentação da política através da empresa, a política será subordinada à economia e não vamos conseguir ter independência para aprovar aquilo que a sociedade espera de todos nós. É por isso que precisamos fazer esse debate muito pé no chão, de uma forma extremamente ética e consistente.

Por isso, meus queridos deputados e deputadas, quero aqui dizer que as propostas que foram apresentadas ontem pela presidenta Dilma seriam apresentadas por qualquer presidente ou presidenta que passasse por esse problema por que passa a economia mundial. E não é diferente a economia brasileira.

Nós precisamos pensar o Brasil como um todo. Não é quanto pior melhor que é a caminhada que temos que trilhar. Temos que trilhar na caminhada de que o Brasil precisa passar por esse problema por que passa o mundo inteiro. Estamos falando de desemprego aqui. Vá para a Europa que o nível de desemprego, na média, é maior do que aqui no Brasil. Vá aqui na América do Sul, nos países que são referência para alguns deputados, mas o nível de desemprego é maior do que aqui no Brasil, ou seja, nós precisamos defender o Brasil. E defender o Brasil, neste momento, significa criar possibilidade de que a gente possa passar por este momento de turbulência e que possamos aprovar projetos que possam dar capacidade de sobrevivência.

A eleição passou. Ouvi aqui se dizer: “O povo reprova o governo”. Nós estamos, deputado Joseildo Ramos, há nove meses das eleições e o povo aprovou esse governo! Há nove meses! Ou seja, não é verdade o que está sendo colocado. É lógico que quem reprova esse nosso governo é quem perdeu as eleições e não aceita e passa nove meses criando situações de desequilíbrio nas relações políticas para trazer uma fragilidade no debate e fazer no imbricamento entre a grande mídia, a política conservadora, que não aceita fazer com que a população mais pobre tenha melhores condições para sair dessa condição de pobreza, de analfabetismo como nós encontramos a população quando assumimos o governo. no plano nacional e aqui na Bahia.

É por isso, porque aqueles que defendem os interesses dos que menos precisam neste País, é lógico que não querem respeitar o resultado das urnas.

Por isso, meu querido deputado Joseildo Ramos, vamos enfrentar um momento que realmente só a política pode responder a esse problema da economia. Nesse sentido, é preciso construir um grande pacto no Congresso Nacional, independentemente da coloração partidária, porque qualquer gestor público nesse momento precisa tomar medidas necessárias para que possamos ultrapassar esse

momento turbulento da economia mundial. Para isso é fundamental que a gente construa uma grande compactuação política nacional. E nesse sentido também acho que a nossa presidenta tem que realmente repensar a forma como tem olhado para a política. Acho que ela fez isso ontem, quando chamou os governadores para tratar dessa questão.

E é verdade como disse aqui o deputado Alex Lima, que nós precisamos, sim, criar um mecanismo. E nessas políticas econômicas que são apresentadas, independentemente de que situação ela será exercida, é necessário também dividir esse bolo com os Estados e municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o Líder do PMDB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falarão os deputados Alan Sanches, por 5 minutos, e Hildécio Meireles por 6 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, deputados e deputadas, demais cidadãos que nos acompanham, há alguns dias tenho acompanhando os periódicos, os jornais, os *blogs* e começo a ficar meio preocupado com a interpretação de algumas pessoas, por exemplo, dizendo que o governo vai bem. Fico querendo saber em que eles estão enxergando que o governo vai bem. O que tenho observado muito é fumaça, e fumaça que se dissolve, que não tem sustentação.

Então, realmente, eu queria que alguém levantasse, que os deputados e as deputadas levantassem e me dissessem o que vai bem. Porque ando por aqui: fui para Varzedo e os pneus dos carros quase estouraram de tantos buracos! Vi, Sr. Presidente, que V.Ex^a fez uma solicitação de recuperação de duas vias. O que foi muito bom com o secretário Otto Alencar, hoje despenca no governo Rui Costa, despenca! É uma coisa assim que vemos com muita tristeza, todo o trabalho que foi feito, na época, pelo senador secretário Otto Alencar, hoje está entregue aos buracos. Quero continuar tentando fazer com que os deputados e as deputadas me mostrem alguma coisa que eu não esteja vendo, pois só tenho visto fumaça.

Hoje tivemos aqui uma audiência pública onde falamos sobre a atual situação, de novo, do Hospital Maternidade Clélia Rebouças. Sobre a falta do repasse, gente! Não é possível a falta de sensibilidade da saúde com relação a um hospital! É o único hospital de Mutuípe e, simplesmente, o repasse acordado, eles não fazem. Aí o hospital tenta entrar em contato com a regulação, que é a Suregs – não é a regulação de pacientes, mas é a regulação na gestão dos contratos. Mas não consegue! Não tem retorno!

Então, fizemos uma audiência hoje e convidamos a Sesab, que disse, pasmem V.Ex^{as}, não ter recebido o convite! Mando buscar o nosso protocolo, porque tudo tem que ser documentado, naturalmente, e o que é que acontece? Tenho que comprovar que a Sesab não fala na própria Sesab, que o convite não chega na mão do secretário.

V.Ex^{as} imaginem então o que acontece com um cidadão comum. Se a Comissão de Saúde encaminha um convite protocolado para o secretário, para a Sesab, e não chega no gabinete e nem sequer na assessoria do secretário de Saúde, imagine com um cidadão comum: vai morrer à míngua na fila!

Hoje, a gente não aguenta ver tanta fumaça no governo e a gente tem que falar. Estou encaminhando hoje, dessa vez eu levarei pessoalmente no gabinete do secretário para não ter a desculpa de que não recebeu, mesmo com o protocolo da própria Sesab. Levarei só um questionamento de duas linhas: como o baiano pode realizar uma cirurgia eletiva aqui no Estado da Bahia? Todos os dias eu vou abrir a sessão, vou pedir a palavra e vou começar a dizer: onde o cidadão do Estado da Bahia pode realizar uma cirurgia? Por exemplo, preciso fazer uma cirurgia de artroscopia, onde é feita? Uma cirurgia de vesícula, onde é feita? Uma cirurgia de mioma, onde é feita? Uma histerectomia, onde é feita?

Não é possível! Não é possível a falta de funcionamento da Secretaria de Saúde do Estado! Não é possível a falta de funcionamento do governo do Estado! O que eu digo é o que todos estão vendo! Mas alguns deputados sobem aqui e querem mostrar o que não consigo ver! Não sou míope, enxergo muito bem. Mas não dá para compactuar com o que está aí. Não tem condição. Alan não falava, eu não falava, porque, na verdade, eu tinha que me calar diante do que era observado por aí, respondendo à deputada Luiza Maia, porque tenho o meu posicionamento; se V.Ex^a não tem, o problema é de V.Ex^a. Mas eu tenho o meu posicionamento. E gostaria que os deputados e as deputadas mostrassem o que não consigo enxergar: a decadência do nosso Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários, galerias, Imprensa, ontem, desta tribuna, discorri sobre a visita que fizemos ao Estaleiro Enseada do Paraguaçu. Falei da nossa tristeza, do nosso estarrecimento pela situação de escalabro que encontramos naquela obra paralisada. A propósito disso, quero convidar os colegas Sr^{as} e Srs. Deputados para uma sessão especial, no dia 24, aqui no Plenário desta Casa, onde discutiremos a redução dos investimentos da Petrobras na Bahia, no quadriênio de 2015 a 2019, com ênfase para a paralisação das obras do Estaleiros Enseada do Paraguaçu.

Naquela oportunidade, Sr. Presidente, falei da qualidade do gasto do dinheiro público, tenho pesquisado e acompanhado o orçamento do governo do Estado com a atenção voltada nesse momento para os gastos com a segurança pública. Fiquei surpreso com os números que pude ver, até já comentei aqui na semana passada. Mas fiz uma averiguação mais apurada desse quadro, e no ano passado, caro deputado Fábio Souto, a Secretaria de Segurança Pública do governo do Estado gastou aproximadamente R\$110 milhões com locação de veículos. Apenas uma empresa, a

LM Transportes, leva cerca de R\$73 milhões, e, neste ano de 2015, até o mês de agosto, foram gastos apenas R\$32 milhões. Meu caro presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle, deputado Alex Lima, fez uma projeção, até o final do ano, e encontramos um número de apenas R\$49 milhões.

Então, no ano passado, foram gastos aproximadamente R\$110 milhões, e este ano, ao final, deverá ser gasto R\$49 milhões – menos da metade do gasto do ano passado. Uma única empresa – LM Transportes –, no ano passado, recebeu da Secretaria de Segurança Pública uma vez e meia o que o Estado vai gastar no ano inteiro de 2015. Portanto, vemos isso com desconfiança. Vemos isso para apurar a qualidade no gasto desse recurso público com um item específico: a locação de viaturas que servem para a Secretaria de Segurança Pública, para as polícias militar e civil.

Aqui temos duas hipóteses: ou se gastou demais no ano passado, coincidentemente num ano eleitoral, ou se gastará de menos neste ano. Ainda há a possibilidade de estarem faltando viaturas nas ruas, porque não é possível que de um ano para o outro se economize em um item mais da metade. Algo nos chama atenção aí.

Portanto, meu querido deputado presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, deputado Alex Lima, solicito de V.Ex^a que em nossa comissão, na próxima reunião, comecemos a discutir com afinco, com mais apuração esses dados relativos aos gastos do governo do Estado e, especificamente, da Secretaria de Segurança Pública com a locação de veículos. Portanto, na próxima reunião, solicitaremos da comissão que requeira da Secretaria de Segurança Pública os contratos para que a gente possa analisar essa distorção que existe nesse item específico de locação de veículo para atender a segurança pública, veículos que servem de viaturas para as Polícias Militar e Civil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alex Lima: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem do deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, Fui citado pelo deputado Hildécio, e apenas para deixar registrado aqui que assim que chegar o encaminhamento de V. Ex^a na Comissão eu o colocarei para votação.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra O líder do governo e da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes: - Sr. Presidente, por todo o tempo, eu falarei.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, companheiros da comissão de luta pela Universidade, do PL 21.420/2015, taquígrafas, deputada Luíza, todos os que estão presentes, os internautas que acompanham esta sessão, nesta tarde teremos uma votação daqui a pouco.

Eu queria registrar algumas coisas que considero muito importante. Primeiro, vou responder a algumas coisas que o deputado Alan falou, não somente ele, mas naturalmente outros que são bastante jovens. Talvez eles não lembrem ou estavam vivendo em outro local, ou não moravam na Bahia no tempo da decadência. Como tenho 62 anos, nasci no sertão de Paripiranga, carreguei muita lata d'água na cabeça, fui professora do Estado, vim muitas vezes num pau-de-arara para Salvador, por isso tenho uma lembrança muito presente do que foi a Bahia do passado e a Bahia de hoje. A Bahia que a gente não podia entrar na Assembleia Legislativa, porque tomava chibatada, pancada, mordida de cachorro nas canelas, era muita opressão. E hoje é o tempo da liberdade, da cidadania, da democracia, da participação popular e o tempo também da melhoria na vida das pessoas.

Bem recente ainda nossos jovens do interior não tinham oportunidade de estudar e quando se decidiam a vir de qualquer forma para a capital tinham de morar na casa de um parente ou de um aderente. Mas hoje, não. Os nossos jovens têm um transporte para virem da comunidade mais distante até a cidade, voltar para casa, e isso é fiscalizado. Se algum problema ocorrer no transporte escolar, está lá o Ministério Público para reclamar, punir o prefeito ou a prefeita que não cuidar do transporte escolar com a segurança devida.

E tudo isso foi fruto da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras, inclusive de muitos que hoje se arvoram a donos da situação, de pedir punição para o nosso partido para confundir a população e confundir inclusive aqueles que melhoraram a sua condição de vida por conta dessa luta. Então eu não posso ouvir calada, sem protestar essas falas aqui. Bem recentemente, há 12, 13 anos, não sei se o deputado Joseildo lembra - para minha felicidade, ele é casado com uma conterrânea de Cícero Dantas -, a gente passava nessas estradas por aí afora e para ir de Alagoinhas a Cícero Dantas era uma buraqueira só. Mas hoje é tapete. E, agora, para as cidades que estão ao lado, como Crisópolis e Aporá, já estamos no início das obras lá, recuperando até Itapicuru. Ou seja, estamos vivendo um tempo em que o governo se preocupa e gasta o recurso público para oferecer à população melhores condições de vida.

Não sei se precisarei comprar um colírio ou óculos de grau para trazer para alguns deputados que não enxergam a melhoria na vida das pessoas.

Como fomos desafiados que algum deputado apresentasse, estou-me ousando aqui – rapidamente, mas outros colegas podem fazer a mesma coisa – a relembrar algumas situações do passado e a situação de hoje.

Queria lembrar, inclusive, que todas as segundas-feiras, e, às vezes, em até outro dia da semana, o nosso governador vai às localidades onde o povo mora nas encostas, para dar ordem de serviço e realizar melhorias nas encostas de uma cidade que foi a primeira capital do Brasil, que tem 515 anos, que já teve governadores e muitos prefeitos e uma prefeita, e, ainda precisa que, nesta data, o nosso governador gaste tempo e recurso e busque no governo federal – porque a nossa parceria, o Pacto Federativo, também é muito importante – para que essas obras aconteçam aqui, em Salvador.

Quero lembrar que ainda hoje foram entregues ambulâncias do SAMU para

diversos municípios, sem perguntar a cor do prefeito, do partido político, se votou neste governo ou não. Outra diferença, também, marcante em relação ao passado, é que nós vivemos um tempo de republicanismo, em que o que é do público, o que é dinheiro público vai sendo repassado para a população, independentemente de qualquer situação.

Quero, também, ressaltar que, talvez, quem mora aqui, na capital, ou em grandes centros não conheça a realidade do interior, porque, muitas vezes, vai lá buscar os votos somente na época das eleições, e já vai pactuado com o prefeito. Então, não tem aquele trabalho, não tem aquela missão árdua de fazer o trabalho que muitos de nós, do Partido dos Trabalhadores, fazemos para organizar as comunidades, as associações, os sindicatos, para buscar aqui, na capital, nos governos federal ou estadual, aquela melhoria que, às vezes é tão pequena, mas que serve para o agricultor e a agricultora.

Por isso, queria ressaltar a importância do nosso governador Rui Costa ter mandado para esta Casa ainda no ano passado o projeto de reforma administrativa que criou a Secretaria de Desenvolvimento Rural, para dar, exatamente, mais força àquele trabalho que a CAR, a CDA e outros órgãos, em parceria com a ASA, Articulação do Semi-Árido, o MOC e outras instituições, já estavam fazendo para incentivar os agricultores a permanecerem morando lá, no interior.

E foi o resultado desse conjunto de políticas que fez com que milhões – os números variam. Uns dizem 40 milhões, outros dizem 38 milhões, mas eu e muitos de nós aqui somos testemunhas vivas – daquelas pessoas que antes iam, no dia de feira na cidade, bater à porta de prefeito, de vereador em busca de uma sacola de comida, para comprar um remédio, hoje, não precisem mais disso. Hoje, estão independentes, têm com o que viver, têm como comprar o seu remédio.

Inclusive, tiramos a lata d'água da cabeça de mais de 365 mil mulheres. Não é possível que isso não sirva para alguém enxergar. Mais de 365 mil mulheres tiraram a lata d'água da cabeça só com as cisternas que estão lá, construídas ao lado das casas. Mas, é claro que a Embasa também fez uma ampliação de rede, de ligações muito grande, a Cerb também trabalhou imensamente construindo poços artesianos. Agora, com o programa *Água Doce* está dessalinizando mais de 300 poços artesianos que vão, sendo tratados, transformada essa água em água potável, e aproveitando aquele rejeito...

O Sr. Marcelino Galo: (Inaudível.)

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Eu sou professora, não sou agrônoma como nosso deputado Marcelino Galo, então trato as coisas na linguagem que eu conheço.

De modo que o tratamento dessa água, os resíduos que sobram estão lá sendo aproveitados para plantar uma planta que eles chamam de erva sal, que serve exatamente para alimentar o rebanho.

Ou seja, nós temos hoje, no Estado da Bahia, uma visão, um trabalho, uma ação concreta nas comunidades, de integração, de aproveitamento da terra dos demais recursos naturais, para proporcionar a esse nosso povo do sertão e do litoral permanecer vivendo no campo, na área rural, com dignidade, com o programa *Luz*

para Todos, que o candeeiro foi aposentado, não se vê mais menino jovem estudando á luz do candeeiro, engolindo fumaça ou ficando com o nariz poluído da fumaça do candeeiro, porque tem o *Luz para Todos*.

Mas, se tudo isso não for coisa positiva para a gente comemorar, para a gente celebrar, para a gente mostrar e dizer, com a ousadia que temos, como já fez aqui o deputado Rosemberg Pinto, a deputada Luiza Maia, que eu estava ouvindo lá no gabinete, essas políticas foram maravilhosas, melhoraram a vida das pessoas, deu oportunidade a ter 2 milhões de jovens, hoje, na universidade particular, paga com o dinheiro público. Mas, também temos 17 novas universidades federais implantadas, inclusive o curso de Medicina em Paulo Afonso. Quando é que a gente pensava na vida que um tabaréu do sertão pudesse ter um doutor estudando lá na Universidade de Medicina, em Paulo Afonso?

E isso não se faz sozinho não, é o governo do Estado, antes o governador Wagner, agora o governador Rui Costa, integrado com a nossa presidente Dilma, antes com o presidente Lula, e as parcerias também nos municípios.

Então, por isso eu quero rebater aqui as palavras do deputado Alan e dizer que tenho a alegria de vestir o vermelho, de continuar na batalha, porque nós queremos muito mais, nós queremos a Dilma conosco, e queremos que quem ganha muito, 1% dos ricos desse Brasil, pague mais imposto sim, porque, se os que são pequenos, que têm a renda menor, não melhorarem as suas condições de vida, também não ficará bom para eles. Precisamos de mais justiça, de mais igualdade, de mais oportunidade e de mais dignidade.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Herzem Gusmão:- Pelo tempo de 06 minutos falará a voz vibrante de Feira de Santana, deputado Carlos Geilson e por 05 minutos o deputado Tom Araújo.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o caro colega Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, subo a esta Tribuna para trazer um tema, meu caro deputado Herzem Gusmão, que norteia as discussões na minha querida Feira de Santana.

Lá, o prefeito José Ronaldo conseguiu a aprovação do BRT, já está sendo construído, embora tenha enfrentado e venha enfrentando uma discussão. É que em uma das principais avenidas onde passará o BRT algumas árvores serão arrancadas da Avenida Getúlio Vargas e plantadas no Parque da Lagoa, em Feira de Santana, e alguns ambientalistas têm se posicionado contra a retirada dessas poucas árvores. Nós entendemos a posição desses ambientalistas, mas Feira de Santana tem que seguir em frente, tem que progredir, e nada resiste ao progresso.

Porém, o que chama a atenção é justamente a posição do deputado Zé Neto de

ter sido opositor ferrenho à construção do BRT. Ele alega que, por causa das árvores, poderia ser em outra avenida esse BRT. Mas fui surpreendido, e está circulando nos *WhatsApps*, nas redes sociais, um vídeo do irmão do deputado Zé Neto no qual fica claro que o interesse não é de ambientalista, é uma questão política de alguém que se coloca contra a cidade, contra o seu desenvolvimento.

O *blog* do Rafael Velame publica hoje uma nota, inclusive com um vídeo em que o irmão do deputado Zé Neto aparece e fica muito claro que a intenção é a de barrar o BRT por uma outra situação. Não de ambientalista, mas eleitoreira.

(Lê): *“Impedir que o prosseguimento das obras do BRT parece ter virado uma questão eleitoral para a oposição de Feira de Santana, capitaneada pelo líder do governo nesta Casa, deputado Zé Neto. Em uma gravação que está circulando em grupos do whatsApp, o engenheiro Franklin Ferreira, irmão do deputado estadual Zé Neto (PT), da a entender que barrar o BRT com ajuda do deputado Fernando Torres (PSD) garante um segundo turno na eleição municipal em 2016. No vídeo, diz o irmão do deputado Zé Neto: 'Fortalecendo Fernando pra ele ir pro pau na campanha, porque só Zé Neto não é suficiente pra ter segundo turno', diz no áudio. Na gravação, Franklin afirma ainda que seu filho, ferrenho opositor ao BRT em Feira de Santana o também engenheiro Danilo Ferreira, estará em Brasília com o deputado para se encontrar com Gilberto Kassab para tratar sobre o BRT.”*

Ora, o filho do irmão do deputado Zé Neto, consequentemente, o sobrinho do deputado, é um ferrenho opositor do BRT. Fica implícito que ele vai a Brasília tentar persuadir o ministro das Cidades, Gilberto Kassab, a se posicionar contra o BRT em Feira de Santana.

Questionar alguma situação pontual na obra, eu entendo. Debater que deveria passar em tal localidade ou em tal bairro de Feira de Santana faz parte de quem está interessado em melhorar. Mas colocar-se contra essa obra é você ser contra a cidade, é usar óculos de couro, é olhar para o próprio umbigo sem vislumbrar o interesse da cidade. Não podemos fazer da questão eleitoral, da busca do voto, um cavalo de batalha se opondo ao desenvolvimento da cidade. Quem desejar assistir ao vídeo, acesse o *Blog do Velame* que lá está o vídeo do irmão do deputado Zé Neto falando justamente disso.

Primeiro, ele reconhece que o deputado é fraco eleitoralmente, que precisa da força de outro concorrente para forçar um segundo turno. Depois ele fala que seu filho vai a Brasília conversar com o ministro Gilberto Kassab. Ora, o que ele vai fazer em Brasília? Isso nos dá a entender que é eleitoral, que é de quem não quer o desenvolvimento de Feira de Santana.

Portanto, quem estiver desejoso, quem quiser tirar qualquer dúvida, pode acessar. O *Blog do Velame* está lá com o vídeo do engenheiro Franklin Ferreira, irmão do deputado, falando justamente que o deputado não tem força para levar a eleição para o segundo turno e precisa de um reforço. E assim seu filho vai a Brasília para tratar da questão do BRT com o Ministro das Cidades, Gilberto Kassab.

Ora, ele é opositor ferrenho à construção do BRT em Feira de Santana. Isso vai ficar para a história, porque nada pode deter o progresso. Você pode discordar no

campo político, no campo ideológico, mas você não pode se opor ao progresso da cidade, assim você está enxergando ou tentando ver o desenvolvimento com óculos de couro, sem enxergar o amanhã.

É lamentável que o deputado se apequene, tenha essa visão limitada e que apenas está olhando 2016, uma disputa eleitoral, momentânea, enquanto a cidade carece e precisa de BRT, de desenvolvimento, de progresso. É um olhar limitado, muito pequeno diante da grandeza do município de Feira de Santana, que na próxima semana completa 182 anos de emancipação política.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, você que nos acompanha através da *TV Assembleia*, quero concordar com o colega Carlos Geilson. O prefeito José Ronaldo, muito bem avaliado no segundo governo, teve algumas dificuldades, mas vem restaurando a cidade de Feira de Santana, e pensa grande para o município. Fazendo um comparativo com Vitória da Conquista em relação ao transporte coletivo, a terceira maior cidade da Bahia, verificamos que o nosso sistema não consegue avançar. O governo do PT, em 20 anos, quebrou quatro empresas em Vitória da Conquista: VCL, Passaredo, Serrana e, agora, a Viação Vitória.

Na época dos debates travados, por ocasião das eleições de 2012, o prefeito de Conquista rechaçou a história da possibilidade de debate de uma evidência, que é o BRT. BRT é o primeiro degrau do VLT. Entendemos, no entanto, que Feira de Santana está de parabéns, porque avança com esse sistema moderníssimo. A situação de Conquista, amigo Hildécio Meireles, é tão grave que o ônibus articulado da viação Vitória que veio de outro estado, não conseguiu circular nas ruas daquele município. Os poucos corredores que há ali não estão sendo preservados. Portanto, não há um pensamento de avanço ou modernização do sistema de transporte coletivo da cidade de Vitória da Conquista.

Temos lá em Conquista também monopólio de linhas, vários bairros que são atendidos por apenas uma empresa. É lamentável o atraso do sistema coletivo ali, não se consegue avançar. Agora, recentemente, o vereador Néelson de Vivi, do PCdoB, que tem como líder o colega Jean Fabrício, declarou que a licitação foi uma fraude.

Aproveitando ainda o nosso tempo, gostaria de parabenizar a Federação Baiana de Futebol, que completou 102 anos. E o nosso craque Bobô fez uma visita ontem lá. Queremos saudar o presidente Ednaldo, que é de nossa terra de Vitória da Conquista, e vem lutando verdadeiramente para interiorizar o futebol no Estado da Bahia. Com ele, o Colo Colo conseguiu um título. É bom lembrar que sob a presidência dele o Bahia de Feira de Santana conseguiu também um título de campeão. E só tinha sido conquistado na década de 60, duas vezes, pelo Fluminense de Feira de Santana, 1963 e 1967.

Há outras equipes que não conseguiram o título, como o nosso Vitória da Conquista, o nosso Bode, porque amarelou diante do Bahia duas vezes. Saiu de lá para jogar em Camaçari, campeão, e perdeu, 5x0. Agora, depois que derrotou o Bahia por 3x0 no Lomantão, venceu o Bahia duas vezes na competição, veio para Salvador e perdeu pelo placar de 6x0. O Bode foi caçado, assado e comido aqui na Fonte Nova.

Portanto, parabéns Ednaldo Rodrigues, nós estamos distribuindo este belíssimo convite azul como o céu de brigadeiro. É que, na sexta-feira, Vitória da Conquista vai debater, discutir, a licitação sem previsão para as obras da segunda etapa do aeroporto que são exatamente as obras do terminal. A pista está quase pronta, segundo a última medição, presidente Carlos Geilson, 70%, mas não há previsão da licitação. E a Câmara, que possui uma maioria de vereadores ligados ao governo do PT em Conquista, promove essa sessão especial. E nós esperamos a presença dos deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito bom ouvir a voz de Herzem Gusmão, um dos grandes nomes do rádio da Bahia.

Com a palavra a nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 12 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, pelo tempo de 12 minutos, falará o deputado Joseildo Ramos, de Alagoinhas e de toda a Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Alagoinhas tem muito orgulho desse filho ilustre.

Aliás, domingo, em Oliveira dos Campinhos, Santo Amaro da Purificação, uma senhora sentou-se ao meu lado e disse: “Olha, deputado Carlos Geilson, sou de Alagoinhas, muito amiga do deputado Joseildo Ramos.” E fez rasgados elogios a V.Ex^a.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Muito bem, Sr. Presidente.

Subo a esta tribuna, Sr^{as} e Srs. Deputados, porque ouvi com bastante atenção alguns discursos aqui falando de um passado recente – falo algo de pouco mais de uma década - e nós tínhamos plena certeza, lá no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, das dificuldades que este país atravessava.

Naquela época, deputado Euclides, o Brasil quebrou 3 vezes. E a lembrança nos assalta em apenas 13 anos. Isso passa como se alguém tivesse passado uma borracha. Havia um decreto presidencial que impedia a expansão das escolas técnicas federais. É bom chamar assim pelo entendimento daqueles que nos ouvem. Havia um decreto presidencial, repetindo, que impedia a ampliação da construção, negando o acesso, acabando com a possibilidade de termos capilaridade na entrega de possibilidade de termos institutos federais à disposição das regiões mais longínquas deste País.

Naquela época, num passado não tão distante, a Bahia tinha aproximadamente 5 milhões de pessoas espalhadas pelo interior com dificuldade de acesso à água potável de boa qualidade, mais de 2 milhões e meio de analfabetos. Parece que

estamos falando de algo do século passado. Na verdade, estamos sendo tragados por uma realidade que há muito tempo a lembrança de muitos que vêm a esta tribuna é feita aqui nesta Casa, muito embora não tenhamos a possibilidade de tratar essa matéria, de que esse Congresso conservador, que age como raposa tomando conta de galinheiro, jamais vai fazer uma reforma política do tamanho da necessidade desse País. E o retrato conservador desse Congresso vai na direção de quem os financia, de quem financia os deputados, de quem está formando Bancada para que os votos conservadores afastem cada vez mais o parlamento brasileiro dos interesses maiores da nossa sociedade. Mas essa reforma mambembe aprovou algo mais espúrio do que algum vivente entre nós pudesse imaginar: a doação oculta debaixo do tapete para que as empresas tenham o campo aberto para financiar aqueles que, em seu nome, no parlamento, vão majoritariamente votar de acordo com os interesses de quem lhes financiam.

É dessa forma que os ecos das ruas, as vozes das ruas estão sendo ouvidas pelos ilustres membros do parlamento e mais precisamente do Congresso Nacional, o conjunto dos mais conservadores da história recente da nossa República. É certo, deputada Fátima Nunes, afirmar que o governo do PT acertou e cria mágoa, ódio porque promoveu como poucos países do mundo a inclusão social que faltava há bem pouco tempo. A senhora falou há pouco do transporte escolar.

Há poucos instantes falei do acesso à água. Já imaginou se a Embasa de hoje fosse a Embasa de antes de Wagner, atravessando essa seca que se abateu sobre a Bahia de maneira tão inclemente? Como seria o retrato do êxodo agudo, repentino, trágico, entre nós? E aí a corrupção é endêmica a institucionalizada pelo Partido dos Trabalhadores.

Nós, aqui na tribuna, em nenhum momento poderemos estar cerrando fileira com quem é corrupto. Quem errou tem que pagar. Mas na época da privataria tucana, lá atrás, quando tínhamos quase 30 mil quilômetros de ferrovias operacionais, concederam, venderam a preço de banana a ferrovia, a siderurgia. Fizeram pior ainda, nas comunicações, criaram os oligopólios para concentrar o que hoje entendemos ser o IV poder, a mídia que se arvora de editar a opinião pública nacional.

Como essa corrupção é endêmica hoje se o Ministério Público Federal apontou que no metrô calça curta, aqui da Bahia, que passou 14 anos, há um desvio correto, líquido e certo de R\$166 milhões? E quem deu causa é um dos vice-presidentes da CPI da Petrobras hoje, baiano, que tem acesso e tem assento no Congresso Nacional. Naquela época não era endêmica, não causava indignação? O certo é que a Polícia Federal era feita para não funcionar. Não tinha concurso público. O Ministério Público não cumpria o seu papel. As instituições do estado democrático de direito não faziam valer esse Estado onde a lei deve ser rasa para todos. Essa é a grande diferença.

O País saiu do mapa da fome em apenas 12 anos. Isso é um feito que a história festejará por longos e longos anos. É algo feito por esta nova forma de governar. É algo feito por quem, aqui na Bahia, colocou água para 3,5 milhões de baianos e levou esgoto para 1,5 milhão de baianos. A diferença é que, aqui, na Bahia foram mais de

60 anos com uma única universidade federal. Hoje, nós temos 6 universidades federais.

Esta é a grande diferença, qual seja, melhoria nas áreas de habitação, saneamento, fome. As medidas anticíclicas, tomadas pela presidente Dilma, em termos macroeconômicos, livrou o nosso País de sofrer as agruras e os problemas que estavam corroendo os empregos dos jovens em países como Itália, Portugal, Espanha, Grécia.

Eu não ouvi, em nenhum momento, a Oposição nesta Casa fazer qualquer menção à desoneração corajosa feita por Dilma nos momentos em que o mercado brasileiro tinha de responder com a elevação da renda do trabalho e do trabalhador e com o aumento do consumo.

Esta foi a grande diferença. Este foi o outro patamar de qualidade que este Brasil inaugurou nos tempos atuais. É esta a discussão que nos cabe. Várias vezes esperamos os deputados de Oposição da Bahia tratar do tema da reforma política. Entretanto, não falam envergonhados, porque os seus colegas tucanos, lá, no Congresso votam, invariavelmente, contra o seu povo; votam, invariavelmente, na direção dos interesses espúrios daqueles que lhes financiam as campanhas.

Esta é a grande diferença.

Nunca se viu neste País, nunca em sua história, um corruptor atrás das grades para responder por sua culpa e pelos problemas. Teremos, de maneira exemplar, tratar dessas questões como quem tem um mandato voltado para atender aos interesses, aqueles que se fizeram ouvir em junho de 2013, em várias e em dezenas e dezenas de cidades brasileiras.

Tanto isso é verdade que, no último dia 15 do mês passado, o ex-candidato Aécio Neves tentou se pronunciar em uma daquelas manifestações e foi vaiado, e só sustentou sua palavra durante 30 segundos, porque ele pensava que estaria no palanque, que estaria no comício, porque sabia que 76% daqueles que estavam nas ruas foram seus eleitores. Entretanto, a sua voz não foi ouvida por uma manifestação inclemente daqueles que não diferenciavam aquele cidadão que pretendia ser ouvido distante de um ato de corrupção.

Tanto é que, agora, ficou claro que o dono da UTC, Ricardo Pessoa, colocou que havia recursos que foram direcionados para Aloysio Nunes Ferreira e para Sérgio Guerra. No caso de Sérgio Guerra, foram 10 milhões. Este último faleceu. Mas Aloysio Nunes está vivo e recebeu esse recurso para poder não tratar da CPI da Petrobras, aquilo que era interessante ser dito para o conhecimento do povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Um minuto, deputado Adolfo.

Há sobre a mesa o seguinte requerimento: (Lê) *“Requeiro, nos termos do art.*

174, inciso II do Regimento Interno desta Casa Legislativa, urgência para a tramitação do projeto de lei nº 21.449/2015, de autoria do Poder Executivo, que 'autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica e dá outras providências.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2015.”

Com a palavra, para uma questão de ordem, o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, V.Ex^a pode repetir? Não deu para poder compreender. Que projeto é este?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Vejam, é um requerimento, nos termos do art. 174, II, do Regimento Interno desta Casa, que pede urgência para tramitação do projeto de lei nº 21.449/2015, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo.

O Sr. Adolfo Viana:- Gostaria de solicitar uma verificação de quórum de votação, Sr. Presidente.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem da deputada Fátima.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, nesta questão de ordem, gostaria que o senhor olhasse o tempo regimental e acionasse os microfones, as campainhas, porque, durante este período que estamos aqui em debate, naturalmente, acontecem várias reuniões na sala do cafezinho, no saguão e em outras reuniões nas salas das comissões.

Solicito chamar todos os nossos pares para adentrarem ao plenário a fim de marcar as suas presenças para darmos continuidade à sessão.

Este é o meu pedido.

(O Sr. Marcelo Nilo assoma à Presidência dos Trabalhos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendida, deputada Fátima Nunes.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum de votação solicitado pelo deputado Adolfo Viana e um pedido de chamada dos deputados solicitado pela deputa Fátima Nunes.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, nós estamos, lá atrás, discutindo a questão da proposta do governo sobre as emendas e V.Ex^{as}. botam um requerimento de votação neste momento sem a presença da Oposição?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, veja bem, primeiro, é o seguinte. Desculpem-me aí. Venceram-se os tempos. Sou obrigado...

O Sr. Sandro Régis:- Não. Todas as vezes, nesta Casa, em que se está tendo algum tipo de acordo ou para ser acordado, V.Ex^a consulta os Líderes e pede para suspender a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu não estava nem presente.

Cheguei aqui agora. O deputado Adolfo Menezes é o 1º Vice-Presidente da Casa e estava colocando em votação. Eu desci, porque quando começa a votação...

O Sr. Sandro Régis:- Então, desculpe-me o deputado Adolfo Menezes, mas a Presidência não agiu correto com as praxes da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Calma, deputado!

O Sr. Sandro Régis:- Não é calma, Marcelo. Nós estamos, lá atrás, discutindo um assunto para ver se será resolvido. Nós estamos aqui no fundo do plenário. Ninguém comunica à Bancada de Oposição e mete um requerimento de urgência de um projeto?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, primeiro, quanto ao requerimento de urgência, o deputado Adolfo Viana, que representou V.Exª no momento, pediu uma verificação de quórum de votação. Então não houve nenhum prejuízo para a Oposição. V.Exª quer o quê? (Risos.)

O Sr. Sandro Régis:- Quero comunicar que a Liderança está aqui atrás tentando resolver uma proposta e botar em acordo na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, veja bem, farei uma sugestão a V.Exªs. Se V.Exªs concordarem em suspender a sessão temporariamente, nós a suspenderemos.

O Sr. Sandro Régis:- O deputado não já pediu a verificação? Então, está feito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não. Mas se houver acordo para suspender a sessão temporariamente, eu suspendo.

O Sr. Sandro Régis:- Não, não, não. Já fez e já está feito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Adolfo Menezes agiu corretamente, porque tinha deputado da Oposição aqui presente.

Vamos votar o requerimento, deputado Sandro Régis. Depois, suspende-se esta sessão ordinária durante 25 minutos. Fechado? Primeiro, votaremos o requerimento que não está dando prejuízo a ninguém.

Solicito zerar o painel e marcar os 25 minutos.

O Srs. Deputados que queiram votar marquem as suas presenças.

(Procede-se à verificação de quórum de votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Lembro-lhes de que amanhã votaremos 8 projetos dos Srs. Deputados.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, meu querido amigo, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, solicitei a questão de ordem para pedir aos deputados, principalmente os que compõem a Base do Governo, que se façam presentes no plenário, já que existe um pedido de verificação de quórum de votação. Temos um requerimento de urgência para que possamos votar um projeto, logo no futuro, que é do interesse do Poder Executivo e do interesse, obviamente, do Estado da Bahia. Portanto, queremos convocar todos os deputados, principalmente os da Base do Governo, que se façam presentes. Os deputados que se encontram na sala do cafezinho, nos gabinetes, na biblioteca, temos um pedido de verificação de quórum de

votação. Muito obrigado.

(O Sr. Presidente continua a verificação de quórum de votação.)

Lembramos aos Srs. Deputados que amanhã vamos votar projetos de deputados; o deputado que não estiver presente terá o ponto cortado.

Já temos 32.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, contra o voto do deputado Adolfo Viana.

Foi, portanto, aprovado o requerimento de urgência nº 8.508 para tramitação do projeto de lei nº 21.449.

Vamos votar o projeto de lei da Educação?

(Todos os presentes concordam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, projeto de lei nº 21.420/2015, de autoria do Poder Executivo, que estabelece o Quadro de Cargos de provimento permanente do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para relatar, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- (Lê): *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.420/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Estabelece o Quadro de Cargos de provimento permanente do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia'.*

Encaminha, à apreciação desta Casa, o Exmº Sr. Governador, o projeto que ora me cabe analisar, propondo alteração no Quadro de Cargos de provimento permanente do Magistério Público das Universidades Estaduais, promovendo a redistribuição dos cargos por Classe.

Trata-se de medida de caráter administrativo e de grande importância para os professores universitários, 'resultado das negociações realizadas entre o Governo e representantes dos docentes das Universidades Estaduais, e ratifica o compromisso assumido pelo Estado em viabilizar o desenvolvimento funcional dos professores universitários', conforme registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem.

A proposição não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo, registrando ainda que sua apreciação nesta Sessão decorre de Acordo firmado entre as Lideranças da Maioria e da Minoria para dispensa das formalidades regimentais.”

Por unanimidade, entendem os deputados a importância da aprovação deste

projeto de lei que cria as condições para desenvolvimento do magistério, em especial das universidades do Estado da Bahia. Com isso, opinamos pela aprovação do projeto de lei, como encaminhou o governador Rui Costa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no plenário, projeto de lei 21.420/2015, que estabelece o Quadro de Cargos de provimento permanente do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 21.420/2015

Estabelece o Quadro de Cargos de provimento permanente do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Quadro de Cargos de provimento permanente do Magistério Público das Universidades do Estado da Bahia é o constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - Fica revogada a Lei nº 11.638, de 12 de janeiro de 2010.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO ÚNICO

UNIVERSIDADES DO ESTADO DA BAHIA QUANTITATIVO DE CARGOS POR CLASSE

CLASSE	QUANTIDADE			
	UEFS	UESB	UESC	UNEB
PROFESSOR AUXILIAR	151	227	81	735
PROFESSOR ASSISTENTE	333	374	337	770
PROFESSOR ADJUNTO	276	265	262	353
PROFESSOR TITULAR	136	171	118	159
PROFESSOR PLENO	64	77	73	46

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O projeto de lei irá para sanção de S. Exa. o Governador Rui Costa.

Em votação o projeto de lei nº 21.403/2015, de procedência do Tribunal de Justiça, que altera a redação do inciso XVI, do artigo 130, da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007. Em votação. Falta o parecer do relator.

Designo o deputado Joseildo Ramos para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, o projeto que ora venho relatar tem origem no Poder Judiciário e trata da criação da Vara de Feitos relativos a delitos praticados por organização criminosa, aprovado na sessão plenária de 17 de julho de 2015, que teve como parâmetro a experiência vitoriosa do estado de Alagoas, cuja constitucionalidade foi validada pela mais alta corte de justiça deste País.

Sr. Presidente, trata-se de projeto constitucional que tem boa técnica legislativa. Portanto, opino pela sua aprovação. Esse é o nosso parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado no âmbito da comissão. Em Plenário. Em votação, em primeiro turno, o projeto de lei nº 21.403/2015, de procedência do Tribunal de Justiça. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado em primeiro turno.

PROJETO DE LEI Nº 21.403 / 2015

Altera a redação do inciso XVI do art. 130, da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007; e acrescenta o inciso XX e os artigos 130-A e 130-B, versando sobre a criação da Vara de dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa, à Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA faz saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso XVI do art. 130 da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, à vista das alterações promovidas por esta Lei e pelas Leis nº 13.145, de 3 de abril de 2014 e 13.217, de 30 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.130.
.....

.....

XVI – 53 (cinquenta e três) Varas de Substituições de entrância final;” (NR)

Art. 2º A Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007, passa a vigorar acrescida do inciso XX ao art. 130 e dos artigos 130-A e 130-B, com as seguintes redações:

“Art.130.
.....
.....

XX – 1 (uma) Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa.”

“Art. 130-A. Compete, exclusivamente, à Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa processar e julgar os delitos envolvendo atividades de organizações criminosas, conforme o conceito estabelecido no artigo 1º, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, com jurisdição em todo território do Estado da Bahia.

§ 1º A competência da Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa prevalecerá sobre as demais varas especializadas previstas nesta Lei de Organização Judiciária, ressalvada a competência constitucionalmente atribuída ao Juízo da Infância e Juventude e ao Tribunal do Júri.

§ 2º As atividades jurisdicionais desempenhadas pela Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa compreendem aquelas que sejam anteriores ou concomitantes à instrução prévia, as da instrução processual e as de julgamento dos acusados por crime organizado.

§ 3º Os Inquéritos Policiais em andamento, relativos à competência disposta nesta Lei, bem como seus apensos ou anexos, deverão ser redistribuídos à Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa, cabendo à Corregedoria Geral da Justiça velar pela estrita obediência ao disposto neste parágrafo.

§ 4º As ações penais já em andamento não poderão, em nenhuma hipótese, ser redistribuídas.

§ 5º A Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa contará com um sistema de protocolo autônomo integrado ao sistema de automação processual.”

“Art. 130-B. A Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa terá titularidade coletiva, e será composta por 3 (três) Magistrados de entrância final, cujos cargos serão providos por intermédio dos critérios previstos no art. 93, incisos II e VIII, da Constituição Federal de 1988.

§ 1º Em caso de impedimento, suspeição, férias ou qualquer afastamento de um ou mais titulares, a substituição dar-se-á por critérios apriorísticos, objetivos e impessoais, definidos através de Resolução do Tribunal e do CNJ.

§ 2º Os Juízes da Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa, observadas as disposições da Lei Federal nº 12.694, de 24 de julho de 2012 e após deliberação prévia, decidirão e assinarão, em conjunto, todos os atos judiciais de competência da Vara, sem qualquer referência a voto divergente de qualquer membro.

§ 3º Os despachos de mero expediente e todos aqueles sem conteúdo decisório poderão ser assinados por qualquer dos Juízes.

§ 4º As audiências poderão ser presididas por um só dos magistrados, exceto na hipótese de prolação de sentenças e atos decisórios, quando então a participação dos demais será obrigatória.

§ 5º A Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por

Organização Criminosa funcionará com 4 (quatro) cargos de Técnico Judiciário – Especialidade Escrevente de Cartório e 3 (três) de Analista Judiciário – Especialidade Subscritivo.

§ 6º O Pleno do Tribunal de Justiça, ouvidos os Juizes da Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa poderá remanejar os servidores nela lotados, de modo a atender, devidamente, aos propósitos da Vara.

§ 7º À Assistência Militar do Tribunal de Justiça incumbirá disponibilizar militares para segurança e proteção dos Juizes e servidores atuantes na Vara referida caput deste artigo, sem prejuízo de requisição à autoridade competente.”

Art. 3º Ficam criados 3 (três) cargos de Juiz de Direito da Capital e extintas 3 (três) Varas de Substituição para composição da unidade judiciária acrescentada pelo art. 2º desta Lei ao art. 130, inciso XX, da Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos constantes do orçamento do exercício, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder às modificações orçamentárias que se fizerem necessárias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Proponho a prorrogação desta sessão pelo tempo de 2 horas. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O próximo projeto é o do consórcio. Designo para relatar a matéria do Projeto de Lei nº 21.434/2015, de procedência do Poder Executivo, a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

A Srª FABÍOLA MANSUR:- Passo a relatar o projeto de lei nº 21.434/2015, de procedência do Poder Executivo. *“Parecer da Comissão de Constituição e Justiça; da Comissão de Saúde e Saneamento; da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; e da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei nº 21.434/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual 'disciplina a participação do Estado da Bahia nos consórcios interfederativos de saúde, nos termos da Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005 .'*

Encaminha, à apreciação da Assembleia Legislativa, o Exmº Sr. Governador do Estado, o projeto de lei que ora venho relatar, objetivando disciplinar a participação do Estado nos consórcios interfederativos de saúde.

A proposta vem estabelecer normas gerais para a participação do Estado da Bahia nos referidos consórcios, 'visando à cooperação técnica na área de saúde entre os entes federados, à promoção de ações de saúde pública assistenciais, à prestação de serviços especializados de média complexidade, entre outros serviços relacionados à saúde, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS', como registra o art. 1º do projeto.

Os consórcios serão constituídos por meio de associação pública, de natureza autárquica e interfederativa, sob a denominação de Consórcio Público de Saúde do Estado da Bahia, e a medida parte 'do reconhecimento da saúde como direito de todos', propondo-se, com esta iniciativa, 'promover ações e serviços de saúde pública, a fim de garantir o acesso universal e igualitário, a partir de ações de saúde assistenciais, bem como prestação de serviços especializados de média complexidade', conforme ressalta a Mensagem Governamental que encaminha a proposição.

Trata-se, portanto, de matéria de relevante interesse público, na medida em que vem adotar providências para a efetiva realização desses consórcios, na forma da Lei Federal nº 11.107/2005, no objetivo de introduzir melhorias no atendimento à saúde da população interiorana. O projeto recebeu 6 emendas, as quais passo a analisar.

A emenda nº 1, de autoria do Deputado Alan Sanches, estabelece que os consórcios poderão licitar obras e serviços públicos exclusivamente na área de saúde, o que não está especificado na proposta original.”

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputada, só um segundinho.

O deputado Zé Neto está pedindo...

Podemos fazer as modificações antes de votar.

Deixe-a terminar o relatório.

Deputado Zé Neto, ela termina o relatório e eu não coloco em votação. Aguardo o acordo e ela coloca o que ficar acertado no acordo.

Pode continuar, deputada.

A Sr^a FABIOLA MANSUR:- (Lê) *“Opino pela rejeição, considerando que tal restrição não se compatibiliza com as necessidades administrativas da pessoa jurídica a ser instituída e viria a comprometer o próprio funcionamento do consórcio público.*

Licitações que tenham como objeto a contratação de serviços de apoio, de limpeza, de aquisição de material de escritório etc. deverão ser realizadas pelo consórcio público que vai prestar serviços de saúde, mas os objetos licitados não poderiam ser definidos como serviços e obras públicas na área de saúde. A necessidade de aprovação das licitações pela Assembleia Geral da entidade já importa em controle da necessidade e pertinência de certames licitatórios para os fins previstos nos consórcios.

A emenda nº 2, do Deputado Robinho, propõe o acréscimo de parágrafo único ao art. 12, estabelecendo que nos contratos que venham a ser celebrados a participação dos municípios não seja superior a 50% do total do rateio. A alteração

proposta tem por objetivo diminuir o impacto financeiro dos consórcios nos recursos orçamentários dos Municípios baianos. Opino pela rejeição, ressaltando que o referido projeto de lei disciplina a participação do Estado da Bahia nos consórcios de saúde, enquanto a limitação proposta importa em invasão de competência dos Municípios não tolerada pela Constituição Federal. Apenas lei municipal poderia disciplinar essa participação.

A emenda nº 3, de autoria do Deputado Pablo Barrozo, propõe alteração no caput do art. 1º, incluindo, na prestação de saúde pelos consórcios, os serviços especializados de alta complexidade, enquanto a proposta original prevê apenas os serviços especializados de média complexidade. De acordo com o nobre parlamentar, a emenda apresentada vem adequar o projeto às diretrizes do Ministério da Saúde, que define os serviços especializados como um bloco único de financiamento de serviços de média e alta complexidade. Opino pela aprovação, considerando que a referida emenda não contraria as normas federais e visa a possibilitar uma gama maior de serviços de saúde para a população, em face do que não há óbice à sua aceitação.

A emenda nº 4, também do Deputado Pablo Barrozo, pretende a supressão dos incisos I, II e VI do art. 3º, retirando dos consórcios finalidades que constituiriam ações próprias de governo, sem condições de transferência a terceiros, no caso os consórcios, quais sejam 'I - planejar, programar e executar programas, projetos, ações, atividades e serviços na área da saúde; II - fortalecer as instâncias colegiadas locais e regionais e o processo de descentralização das ações e serviços de saúde; VI - promover a capacidade resolutiva e ampliar a oferta e o acesso da população aos serviços de saúde.'

Opino pela aceitação parcial da emenda. Em verdade, os objetivos específicos elencados nos incisos de I a IV do art. 3º do Projeto de Lei nº 21.434/15 se referem ao Plano de Saúde, ao Plano Plurianual - PPA e à Lei Orçamentária Anual - LOA, e não à finalidade dos consórcios interfederativos de saúde. Todavia, destacada a observação do Deputado proponente da emenda, sugere-se um ajuste redacional ao inciso I do art. 3º, como forma de aprimoramento semântico do dispositivo mencionado, conforme emenda da relatoria apresentada ao final deste parecer.

A emenda nº 5, ainda do Deputado Pablo Barrozo, propõe modificação nos caputs dos arts. 4º e 5º e acrescenta, no art. 6º, os incisos de I a V, visando adequar o art. 4º da proposição ao que dispõe o inciso I do art. 4º da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, que estabelece como cláusula necessária ao Protocolo de Intenções a que estabeleça a denominação, a finalidade, o prazo de duração e a sede do consórcio. Opino pela rejeição da emenda. Conforme a Lei Federal nº 11.107/2005, os consórcios públicos devem ser constituídos por contrato, cuja celebração depende de prévia subscrição de protocolo de intenções. Tendo em vista a natureza deste último instrumento jurídico mencionado, o ajuste de intenções por parte dos entes federados já satisfaz a análise da conveniência e oportunidade pertinente.

A redação proposta na emenda para o art. 4º do projeto consagraria uma

invasão de competência pelo Estado frente aos Municípios que integrarão os consórcios de saúde, ao impor a análise de conveniência e oportunidade pelo Conselho Municipal de Saúde, órgão da estrutura administrativa de cada Município.

A alteração da redação do caput do art. 5º, conforme sugere a emenda, não vem a incorporar medidas que não aquelas já previstas nas normas que tratam do Sistema Único de Saúde - SUS, Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que regula, em todo território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado.

O consórcio interfederativo de saúde será entidade pública autárquica de natureza pluripessoal, integrante da Administração Indireta dos entes estatais que o compõem, e constitui, nos termos do diploma, o SUS, sujeitando-se, portanto, ao seu regramento. Deste modo, é desnecessária a reprodução pretendida na emenda.

Quanto à proposta de inserção de dispositivo que imponha a análise da prestação de contas pelo Tribunal de Contas correspondente, há regramento constitucional, bem como no parágrafo único do art. 9º da Lei Federal nº 11.107/2005, que afastam a necessidade desta repetição neste projeto de lei.

Ademais, a sugestão de acréscimo dos incisos no caput do art. 6º constitui repetição de alguns dos incisos elencados no art. 4º da Lei Federal nº 11.107/2005, que determina as cláusulas que necessariamente devem compor o protocolo de intenções a ser subscrito anteriormente ao contrato constitutivo do consórcio.

Destaque-se que o presente projeto tem sua fundamentação alicerçada em normativos federais e, portanto, a repetição destas disposições não é necessária. Ao contrário, o conteúdo original dos dispositivos modificados, se não forem mantidos da forma proposta, causam prejuízos normativos à proposição.

A emenda nº 6, da Liderança da Oposição, produz diversas modificações no projeto, voltados para a obrigatoriedade de observância do princípio da publicidade, especialmente nas decisões que digam respeito a terceiros e as de natureza orçamentária, financeira ou contratual, inclusive no que respeita à admissão de pessoal e permissão de que qualquer representante da população tenha acesso às reuniões e documentos, ressalvados os de natureza sigilosa, nos termos da lei; obriga os consórcios a realizarem processo de licitação para a celebração de contrato de concessão, permissão e prestação de serviços públicos; prevê que a criação de empregos públicos dependa de previsão do contrato do consórcio e altera as regras de cessão de servidores, impondo inclusive que já tenham cumprido estágio probatório. Opino mais uma vez pela aprovação parcial da emenda. De acordo com a Liderança da Oposição, os acréscimos e modificações nela propostos visam a garantir a aplicação de princípios constitucionais cuja observância é de caráter obrigatório pelo Estado, tais como o princípio da publicidade, da legalidade, da subsunção à necessidade de realizar a licitação pública.

Ocorre que, independentemente da inclusão do parágrafo único ao art. 1º, o consórcio público se sujeita ao princípio constitucional da publicidade. Ademais a participação popular no controle social das ações do Estado é, acima de tudo, um

alicerce democrático já previsto pela Lei nº 12.618, de 28 de dezembro de 2012, e pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que garantem aos cidadãos o direito de receber e acessar todo tipo de informação e registros administrativos sobre atos de governo.

A previsão sugerida na inserção do § 3º ao art. 5º de obrigatoriedade de processo de licitação para celebração de contrato de concessão, permissão e prestação de serviços públicos já está consolidada no ordenamento jurídico vigente. A redação ora proposta não leva em consideração as exceções previstas em texto constitucional, o que confirma a sua não incorporação ao projeto na forma do texto da emenda.

A presente emenda apresenta, ainda, dispositivos que importam repetições de comandos normativos já existentes seja na Lei de Improbidade Administrativa, Lei Federal nº 8.429/1992, seja na Lei de Consórcios Públicos, Lei Federal nº 11.107/2005; desnecessário, portanto, normativamente, a repetição dos mesmos.

Destaque-se, por fim, que o art. 16 proposto na emenda contraria o art. 9º da Lei Federal nº 11.107/2005, o qual dá ao Tribunal de Contas correspondente a competência da fiscalização contábil, operacional e patrimonial do consórcio. O Tribunal de Contas do Estado da Bahia poderá não ter essa competência para todos os consórcios que contem com a participação do Estado da Bahia, já que nada impõe que seja o Governador o representante legal de todos eles.

É importante ratificar que o conteúdo original dos dispositivos modificados pela emenda, se não mantidos da forma proposta, causam prejuízos normativos à proposição. Destarte, considerando a contribuição legislativa ofertada pela presente emenda e que algumas das propostas de alteração e acréscimo intentam a ressonância de disposições constitucionais e legais, sugere-se nova redação aos dispositivos destacados, adequando-os ao texto original deste projeto, na forma de emenda da Relatora.

Por fim, apresento, na condição de Relatora, as seguintes emendas:

Emenda da Relatora nº 01: *Acrescente-se o parágrafo único ao art. 1º do Projeto de Lei nº 21.434/2015, da seguinte forma:*

'Art. 1º -

Parágrafo único - Os consórcios interfederativos de saúde deverão obedecer ao princípio da publicidade, nos termos da legislação vigente.'

Justificativa: *A alteração proposta tem por objetivo incorporar no texto do Projeto de Lei nº 21.434/2015 o amparo constitucional do princípio da publicidade e, consequentemente, à observância dos procedimentos atinentes ao mesmo, contidos em legislação federal e estadual. Cumpre destacar que a Lei nº 12.618, de 28 de dezembro de 2012, e a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, garantem o direito de acesso às informações e registros administrativos sobre atos de governo e devem ser utilizadas, também, como instrumento de controle social, haja vista a participação dos cidadãos em atos ordinários e cotidianos inviabilizaria o andamento otimizado do trabalho a ser desenvolvido no âmbito dos consórcios interfederativos de saúde.*

Emenda da Relatora nº 02: *Altere-se a redação do inciso I do art. 3º do Projeto de Lei nº 21.434/2015, da seguinte forma:*

'Art. 3º -

I - planejar, programar e executar ações, atividades e serviços na área da saúde;'

Justificativa: *A alteração proposta tem por objetivo realizar ajuste redacional do texto original, aprimorando a semântica do dispositivo destacado.*

Emenda da Relatora nº 03: *Acrescente-se o § 3º ao art. 5º do Projeto de Lei nº 21.434/2015, da seguinte forma:*

'Art. 5º -

§ 3º - Na celebração dos contratos de concessão, permissão e prestação de serviços públicos pelos consórcios interfederativos de saúde, deverão ser observadas, em qualquer caso, as disposições contidas na Lei nº 9.433, de 01 de março de 2005, e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.'

Justificativa: *A alteração proposta tem por objetivo incorporar no texto do Projeto de Lei nº 21.434/2015 o amparo constitucional do princípio da obrigatoriedade de licitação. Como a redação proposta pela Emenda nº 06/2015, não levou em consideração as exceções previstas em texto constitucional, esta emenda se destina a promover a adequação ao conteúdo normativo vigente.*

Emenda da Relatora nº 04: *Acrescentem-se os §§ 1º e 2º ao art. 12 e o art. 14, com seus §§ 1º, 2º e 3º, ao Projeto de Lei nº 21.434/2015, da seguinte forma, renumerando-se os arts. 14 e 15 como 15 e 16, respectivamente, preservando-se suas redações originais:*

'Art. 12 -

§ 1º - As cláusulas do contrato de rateio não poderão conter disposição tendente a afastar, ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos de controle interno e externo ou pela sociedade civil de qualquer dos entes da Federação consorciados.

§ 2º - Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.'

'Art. 14 - A retirada do ente da Federação do consórcio público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente disciplinada por lei.

§ 1º - Os bens destinados ao consórcio público pelo consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão do contrato de consórcio público ou do instrumento de transferência ou de alienação.

§ 2º - A retirada ou a extinção do consórcio público não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

§ 3º - Nenhum ente federado poderá ser obrigado a se consorciar ou a permanecer consorciado.'

Justificativa: *A alteração proposta tem por objetivo incorporar no texto do Projeto de Lei nº 21.434/2015, preservando a semântica do seu conteúdo original indispensável normativamente, disposições constitucionais e da legislação federal e estadual, considerando as contribuições veiculadas na Emenda nº 06/2015, da Liderança da Oposição.*

Ante todo o exposto, e considerando que a proposição atende os requisitos de legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação com as modificações produzidas pela Emenda nº 3 e pelas Emendas da Relatora, decorrentes em parte da aceitação parcial das Emendas nºs 4 e 6.

Srs e Sr^{as} Deputadas, é o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2015.”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, suspenderei a sessão por 20 minutos.

(Suspensa a sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, reabro os trabalhos.

Em votação o Projeto de Lei 21.469/2015, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 7.014, de 4 de dezembro de 1996.

Falta o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo para relatar a matéria o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Exmº Sr. Presidente deputado estadual Marcelo Nilo, designado que fui para relatar, dar o Parecer ao Projeto de Lei nº 21.469/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual altera a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.469/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual 'altera a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996.'*

Encaminha, o Exmº Sr. Governador do Estado, à apreciação da Assembleia Legislativa, projeto de lei alterando a Lei nº 7.014/96, com o objetivo de "adequar a legislação estadual sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, às modificações introduzidas pelo advento da Emenda Constitucional Federal nº 87, de 16 de abril de 2015", conforme registra a Mensagem Governamental.

Ainda segundo a Mensagem do Sr. Governador, com a aprovação da Emenda Constitucional 87/2015, 'a arrecadação do ICMS incidente sobre operações interestaduais de produtos e serviços destinados a consumidor final contribuinte ou não do imposto, especialmente quando contratadas via internet, passará a ser dividida entre os Estados remetente e destinatário, tornando mais justa a distribuição da receita do referido imposto'.

Nesse contexto, a aprovação do projeto ora sob análise deverá propiciar à Bahia um expressivo incremento na arrecadação, uma vez que 'passará a caber ao Estado a diferença entre a alíquota interna e a alíquota interestadual, sempre que o destinatário se encontrar em território baiano.'

A proposição recebeu apenas uma emenda, de autoria da Liderança da Oposição, propondo a supressão do seu art. 3º, que versa sobre a incidência do ICMS nas operações com gasolina e nos serviços de telefonia, telex, fax e outros serviços de telecomunicações, inclusive serviço de TV por assinatura. Justifica a Liderança da Minoria que a previsão contida no dispositivo irá provocar queda na arrecadação dos Municípios, que já vivem situação de perdas continuadas nas suas receitas em face da crise vivenciada. Opino pela rejeição da emenda.

De início, cumpre esclarecer que a alteração prevista no art. 3º do projeto em análise tem por objetivo destinar o adicional de 2% (dois por cento) sobre a alíquota do ICMS incidente nas operações com gasolina para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FUNCEP, conforme autoriza o art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, da Constituição Federal.

Assim, a referida receita adicional está diretamente vinculada ao FUNCEP por autorização constitucional, não fazendo parte do montante que é objeto de repartição com os Municípios.

Afora isso, é importante destacar, ainda, que o FUNCEP, criado com o objetivo de viabilizar à população de baixa renda do Estado o acesso a níveis dignos de vida, tem os seus recursos direcionados para financiamento de ações suplementares de nutrição (Programa de Aquisição e Distribuição de Leite e de Alimentos da Agricultura Familiar, cisternas de consumo e produção, perfuração de poços e sistemas simplificados de abastecimento de água), habitação (contrapartida do Minha Casa Minha Vida), educação (alfabetização de adultos, qualificação profissional e Escola Família Agrícola), reforço da renda familiar (distribuição de sementes e mudas, seguro garantia safra, Assistência Técnica ao produtor rural, contrapartida do Programa Produzir, distribuição de equipamentos produtivos pela CAR) e auxílio aos municípios em situação de emergência (carros-pipa, distribuição de cestas básicas, limpeza de aguadas e construção de barreiros), beneficiando todos os Municípios baianos. Ressalte-se ainda que estes recursos são utilizados no cofinanciamento dos serviços de assistência social prestados pelos municípios (CRA's, CREA's, abrigo de idosos e crianças.)

Neste contexto, a presente emenda não merece ser acatada.

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação na forma

originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das sessões, 15 de setembro de 2015.

Euclides Nunes Fernandes, membro da Comissão de Justiça desta Casa de leis.”

É o Parecer pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o Parecer do deputado Euclides Fernandes no âmbito das comissões.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, recomendo a nossa Bancada, aos deputados de oposição que fazem parte das comissões que votem contra o projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado. Contra os votos dos deputados da Oposição nas respectivas comissões.

Em votação no Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Falará primeiro o deputado Hildécio Meireles.

O Sr. PRESIDENTE:- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, trata esse projeto de lei de alterar a lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996. Dentre outras alterações esse projeto de lei nos traz uma novidade que nos deixa, Sr. Presidente, de certa forma perplexos. Foi criada através da emenda constitucional no. 01, de 2000, o Fundo de Pobreza. Se não me engano, esse fundo foi iniciativa ainda do saudoso senador baiano Antônio Carlos Magalhães. Essa emenda diz em seu parágrafo 1º, art. 82: “Para financiamento dos fundos estaduais e distrital poderá ser criado um adicional de até 2% na alíquota do ICMS ou do imposto que vier a substituí-lo sobre os produtos e serviços supérfluos, não se aplicando sobre este adicional o disposto no art. 158, inciso IV da Constituição.”

É exatamente o dispositivo legal que determina o Fundo do ICMS para distribuição com os municípios. Portanto esses dois pontos percentuais, que são adicionados a determinadas alíquotas de produtos supérfluos, para irem para o Fundo de Combate à Pobreza, nele não incidem evidentemente os 25% que vão compor o fundo que é distribuído com os municípios. Mas a grande discussão aqui nesta lei é no que diz respeito a esses produtos que podem ser considerados supérfluos. A lei originariamente traz os serviços de telefonia, telex, fax, outros serviços de telecomunicação, inclusive serviço especial de televisão por assinatura. Podemos considerar esses serviços como produto supérfluo? Parece-me que não. Serviço de

telefonía, telefax, telex, eu creio que não deveriam ser considerados como serviços supérfluos.

Mas, ainda para nos causar maior estranheza, a alteração de lei proposta pelo governo entende de colocar um produto como supérfluo, que é a gasolina. Não tem cabimento a gasolina compor o rol de produtos que ficam sujeitos a terem dois pontos percentuais adicionais na alíquota do ICMS para ir compor o fundo que distribui ICMS para os municípios.

E vejam os senhores: qual é o grande problema? É que, na medida que o governo coloca a gasolina como produto supérfluo para compor esse rol de produtos e serviços, ele simplesmente tira a oportunidade dos municípios, ele diminui aquilo que é direito garantido pela Constituição dos municípios, porque, em lugar nenhum, gasolina pode ser considerada como produto supérfluo. Acho até que já que o governo entendeu de retirar a gasolina de onde estava, dentro da legislação que era 28% a sua alíquota, e trazer para 26, para que esses dois vão para o Fundo de Combate à Pobreza, ele perde simplesmente a oportunidade de, neste momento de crise, não onerar a comercialização da gasolina, já que ele pode dispensar do Tesouro Estadual, dispensar do caixa dele dois pontos percentuais da gasolina ele poderia simplesmente dispensar e não jogar para o Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza. Pois, como foi aqui defendido pelo nobre deputado Fábio Souto no início da legislatura, o governo poderia reter esse aumento na alíquota do ICMS da gasolina para não favorecer a inflação, já que a gasolina é um produto que alimenta a inflação.

E, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, o que ainda nos chama a atenção é que o Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza na Bahia tem disponibilidade de caixa. Eu gostaria de chamar a atenção dos Srs Deputados e das Sr^{as} Deputadas para que, em 2011,...

O Sr. Robinho:- Um aparte, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Só 1 minuto, por favor, deputado Robinho.

(...) o Fundo fechou o exercício com um saldo de R\$ 229 milhões e 842 mil; em 2012, o Fundo fechou o exercício com R\$ 297 milhões e 942 mil; em 2013, R\$ 377 milhões; em 2014, R\$ 498 milhões; e em 2015, até a presente data, o saldo do Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza na Bahia é de R\$ 642 milhões.

Portanto, não vejo a necessidade de se onerar o produto gasolina para que ele venha a alimentar os recursos do Fundo de Pobreza.

Com o aparte o Sr. Deputado Robinho.

O Sr. Robinho:- Quando em campanha, um dos objetivos do meu sonho de candidato a deputado era o de defender os interesses municipalistas. Tanto que quando cheguei a esta Casa convidei o colega Hildécio, ex-prefeito, e outros colegas ex-prefeitos, para formarmos a Frente Parlamentar Municipalista.

Sou da Base do governo, agora, tenho um compromisso com os prefeitos, e não voto qualquer coisa, quero deixar registrado aqui, que venha a prejudicar os já prejudicados municípios.

Então, quero deixar aqui registrado que, nas dificuldades que o Brasil vem enfrentando, tanto a União como os estados e também os municípios, não concordo

que a parte mais fraca, que é o município, seja prejudicada.

Quero deixar bem claro que sou da Base do governo, mas que não voto em algo que venha a prejudicar os municípios. Quero deixar registrado aqui que não votarei contra os municípios.

Muito obrigado, colega, pelo aparte.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Um aparte, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Muito obrigado, deputado Robinho.

Um dado interessante, deputado Robinho, que quero colocar aqui para V.Ex^{as}, no caso, o deputado Luciano Simões, é que, dessa forma, se essa lei for aprovada, com a gasolina fazendo parte desse rol de produtos, os municípios da Bahia perderão cerca de R\$ 75 milhões por ano.

Portanto, é bom que fique muito claro aqui, neste momento, que o deputado que votar a favor desse projeto de lei, na forma em que ele está, estará votando contra os municípios da Bahia. Os municípios da Bahia terão reduzidos na sua conta de ICMS...

O Sr. Alex Lima:- Um aparte, por favor.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- (...) cerca de R\$ 75 milhões por ano.

Com o aparte o deputado Luciano Simões.

Um minuto, por favor, deputado Alex Lima.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Parabéns pelo pronunciamento, deputado.

Só para tirar uma dúvida na explicação de V.Ex^a. Obrigatoriamente o governo do Estado tem que repassar 25% de todo o bolo do ICMS estadual para os municípios, correto? Isso é constitucional, 25% de todo o bolo do ICMS. Correto?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Correto.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Eles querem pegar o ICMS da gasolina e passar 2% para o Fundo de Combate à Pobreza, o que gera, como consequência, um bolo do ICMS menor para o repasse aos municípios, caracterizando a gasolina e o serviço de telefonia, como outros como produtos supérfluos, o que é novamente inconstitucional.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Deputado Luciano Ribeiro, para resumir e tentar clarear um pouco, a gasolina estava, na legislação do ICMS da Bahia, com alíquota de 28%, lá no inciso 5º, se não me engano, do artigo 16. O que é que o governo está fazendo? Está tirando a gasolina desse inciso 5º, trazendo para o artigo 16 que coloca a gasolina no rol dos produtos supérfluos, para aí diminuir a alíquota da gasolina para 26%. Mas, em compensação, novamente aplicar mais 2% que vai direto para o Fundo de Combate à Pobreza, deduzindo dos municípios a possibilidade de ter o valor de 2% na sua conta. Ou seja, os municípios perdem cerca de 75 milhões de reais por ano.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Ele diminui a alíquota de 28 para 26 e esses 2% sai de onde?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Esses 2% volta para 28, só que volta separado para o Fundo de Reabilitação da Pobreza. Ele não compõe mais o bolo que divide o ICMS entre os municípios.

Com o aparte o deputado Alex Lima e em seguida o deputado Augusto Castro.

O Sr. Alex Lima:- Deputado Hildécio, eu quero parabenizar pelo pronunciamento de V.Ex^a e também fazer um apelo ao deputado Zé Neto e ao deputado Sandro Régis.

Eu acho que essa questão da alíquota, eu fiz um discurso hoje pela tarde, deputado Hildécio, falando da grave situação que os municípios brasileiros vêm enfrentando. Acho que, realmente, nós precisamos de mais um tempo para discutir esse projeto aqui. Não adianta fazermos isso de forma apressada, porque a responsabilidade, a partir de amanhã, é muito grande com isso. Eu confesso que tenho dificuldade de votar qualquer projeto de lei que venha prejudicar os já combalidos caixas municipais.

Eu hoje, no início da tarde, no começo da sessão, deputado Hildécio, fiz aqui uma reparação no ajuste fiscal proposto pela presidência da República, para que incluísse nesse pacote alguma coisa que viesse a compensar a situação dos municípios.

V.Ex^a foi prefeito e geriu com muita competência o município de Cairu, mas sabe das dificuldades que os municípios vêm enfrentando. E essa é uma situação que é recorrente e ano a ano ela fica pior.

Quero parabenizar V.Ex^a, incorporar e me associar ao seu pronunciamento, no intuito que nós busquemos uma solução que não venha a onerar ainda mais os combalidos caixas dos municípios.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Alex. E, como eu falei aqui, se nós votarmos essa lei com ela está, nós cometeremos dois absurdos: um é considerar a gasolina como produto supérfluo e o outro é retirar dos municípios cerca de 75 milhões por ano.

Eu quero agradecer a sua participação e conceder o aparte ao deputado Augusto Castro.

O Sr. Augusto Castro:- Deputado Hildécio, quero parabenizar V.Ex^a pelo discurso tão importante, um tema que esta Casa precisa analisar com carinho.

Aqui foi colocado pelo deputado Alex, da base do governo, primeiro os municípios, realmente, hoje, estão sofrendo muito em função da carga tributária. O bolo é a distribuição, o pacto federativo que hoje está na propaganda não sai, realmente, de uma discussão concreta. E vem o governo do Estado da Bahia querer, nesse momento de crise econômica, um Estado que tem uma área territorial extensa, os municípios passando por dificuldades. Eu acho que é um debate, deputado, que merece um aprofundamento.

Segundo, os municípios da Bahia perderam mais de 300 milhões de reais. Existem, inclusive, várias ações ajuizadas no Tribunal de Justiça, porque o governo fez festa com o chapéu alheio, deu isenções e incentivos para vários programas, claro que programas de interesse do Estado. O problema do governo é que o governo quando incentiva e quando tira a quota não tira do bolo, da quota parte dos 75%. O governo pega 100% e os municípios acabam ficando nesse prejuízo. Você tem agora, realmente, uma discussão séria. Essa conta quem vai pagar são os municípios. Acho, deputado Alex, que é uma discussão que merece um aprofundamento da Bancada do

Governo e da Bancada da Oposição.

Aqui todos os deputados têm voto nos municípios, tem aqui prefeito que sabe também desse momento difícil. Acho que essa discussão, deputado Leur Lomanto, merece uma discussão muito mais ampla. Primeiro, pelas comissões. Pela Comissão de Finanças e Orçamento e Controle desta Casa, porque você tirar 2%, vai tirar da cota/parte dos municípios, porque o Estado acaba levando esse bolo num todo.

É uma preocupação. É preciso que os prefeitos tenham conhecimento dessa situação. Para que não se vote esse projeto, que vem a penalizar, ainda mais, os cofres dos municípios. Eu chamo a atenção de cada parlamentar, de cada deputado e cada deputada, porque é um assunto que vai mexer na vida dos municípios que, hoje, têm os programas do Governo Federal e não recebem dinheiro para as despesas correntes.

Parabéns a V.Ex^a que, como auditor fiscal do Estado, conhece e está aí com as informações técnicas. E quero chamar a atenção de todos os parlamentares desta Casa. O deputado Robinho também que, como municipalista, entende que é uma situação muito difícil. Até os deputados do governo. O deputado Sandro Régis está aí com toda atenção, no sentido de que os municípios não sofram essa queda de arrecadação, porque o Estado, hoje, já tem mais de 100 ações contra o Estado no Tribunal de Justiça, com liminar, e o Estado vai ter que pagar a esses municípios, porque faz festa com o chapéu alheio.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Muito obrigado, deputado Augusto Castro, muito bem colocado. Eu queria chamar a atenção, mais uma vez, para um fato que me causa estranheza. O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza na Bahia não tem problema de recursos. Ele tem em caixa, hoje, cerca de 642 milhões. Nós temos visto aqui, nesta Casa, os deputados da base do governo, acentuadamente, os deputados do Partido dos Trabalhadores, demonstrarem as suas preocupações com o Tesouro Estadual.

O próprio Secretário da Fazenda, tem manifestado preocupação com a situação financeira e econômica do Estado. Os municípios, meu caro deputado Robinho, perderá cerca de 75 milhões. Mas, o Tesouro Estadual perderá cerca de 185 milhões por ano. Portanto, não entendo porque, estranho essa iniciativa do Governo do Estado em incluir a gasolina como produto supérfluo, apenas para beneficiar esse Fundo de Erradicação da Pobreza, que já possui em caixa cerca de 642 milhões.

Portanto, eu creio que seria uma medida coerente, seria importante esse projeto de lei ser retirado de pauta para, de fato, esta Casa se aprofundar na sua análise, e em negociação com o Poder Executivo, tentar reparar esta alteração, de modo que não cause prejuízo nem aos municípios, nem ao Tesouro Estadual, já que o nosso Estado, segundo o seu gerenciamento financeiro encontra-se ameaçado até de começar a atrasar salário de seus servidores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim):- Com a palavra pelo tempo de até 20 minutos o deputado Leur Lomanto.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, estamos aqui para apreciar o projeto encaminhado pelo Governo do Estado, e é de se estranhar o posicionamento do Governo do Estado ao trazer para esta Casa um projeto, deputado Gika, que vem a onerar ou a deixar de levar receita aos municípios do nosso Estado. Num momento em que a grande maioria dos municípios brasileiros e os do nosso Estado, deputado Adolfo Viana, passam por sérias dificuldades financeiras. Assim como o deputado Robinho disse, aqui nesta Casa, sempre defendi o municipalismo, herança do ex-governado Lomanto Júnior, que chegou ao governo do Estado erguendo a bandeira em defesa dos municípios baianos.

O Congresso Nacional, neste momento, vem discutindo um novo pacto federativo, procurando justamente, Sr^{as} e Srs. Deputados, uma melhor distribuição do bolo dos recursos da União com os municípios brasileiros, e o governo do Estado da Bahia resolve fazer justamente o contrário.

É bom que as Sr^{as} e Srs. Parlamentares fiquem atentos ao que o governo traz para ser aprovado nesta Casa, no dia de hoje. Primeiro, deputado Euclides, em relação a esse projeto relacionado ao ICMS. Foi amplamente e muito bem explicado pelo deputado Hildécio Meireles. Ele relatou os prejuízos que chegarão para os municípios baianos se esse projeto for aprovado da maneira como está.

Aqui temos a responsabilidade com o povo da Bahia. Todos nós representamos e queremos o melhor para o nosso Estado. Mas isso não pode sacrificar os já tão sacrificados municípios baianos. Que se encontre outra forma. O governo está tentando costurar o rombo que foi deixado pelo governo passado. Na ânsia de ganhar a eleição a qualquer preço, literalmente quebrou o Estado da Bahia. Essa é a verdade pura, cristalina e absoluta. E agora a qualquer custo e a qualquer preço quer tirar dinheiro, receita dos municípios, deputado Sidelvan, já praticamente falidos do nosso Estado ...

O Sr. Adolfo Viana: - V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR: - Oportunamente, deputado.

(...) Não é justo com os nossos prefeitos, não é justo com os municípios do nosso Estado.

Aí peço a compreensão, a atenção por parte dos parlamentares da Base governista, ao analisarem, porque já tivemos um posicionamento muito claro de deputados da Bancada do governo...

O Sr. Luciano Simões Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR: - Oportunamente, deputado.

(...) Ouvi com atenção o aparte dos deputados Robinho e Alex Lima, que de maneira muito sensata coloca sua preocupação com os municípios baianos.

Então faço um apelo ao Líder do governo, deputado Zé Neto, para que tiremos esse projeto de pauta e coloquemos para apreciação dos prefeitos, para que possamos discutir uma alternativa que não vá atacar direta e frontalmente os cofres dos municípios do nosso Estado. Não é justo com os municípios baianos.

Concedo um aparte, primeiro, ao deputado Adolfo Viana.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- V.Ex^a está inscrito.

O Sr. Adolfo Viana:- Srs. Deputados, deputado Leur Lomanto, eu queria parabenizar V.Ex^a pela belíssima explanação que faz na noite de hoje.

Ouvi muito falar, durante a legislatura passada, no pacto federativo para que pudéssemos dar uma melhor oportunidade ao gestor municipal de executar um mandato que pudesse, realmente, transformar a vida das pessoas nos municípios baianos. Hoje, o Executivo encaminha um projeto de lei para esta Assembleia Legislativa apreciar o qual pretende reduzir ainda mais os repasses para quem já não consegue pagar as suas próprias contas.

Eu tenho a certeza de que os parlamentares que compõem esta Assembleia Legislativa devem ter diversos aliados que passam pelo drama da administração das prefeituras do Estado da Bahia. E votar esse projeto hoje representa, nada mais nada menos, do que inviabilizar as administrações municipais. O que nós deveríamos defender nesta Assembleia Legislativa era justamente o contrário. Nós deveríamos estar aqui e criar condições para que os prefeitos possam desempenhar o seu papel.

O que o governo propõe através desse projeto de lei é justamente o contrário, deputado Leur Lomanto, eles querem penalizar os prefeitos. Votar esse projeto da maneira que ele se encontra hoje é uma irresponsabilidade sem precedentes. Então os parlamentares que compõem a base do governo devem ter responsabilidade com os municípios.

Volto a afirmar nesta sessão que votar esse projeto na noite de hoje é, simplesmente, penalizar aqueles que já vêm sendo penalizados com os poucos repasses, tanto do governo federal, como do governo estadual.

O governo do Estado querer colocar recursos no Fundo de Combate à Pobreza utilizando as suas cotas de 75% da arrecadação do ICMS é um direito que cabe ao Estado, mas meter a mão nos 25% que cabem aos municípios significa inviabilizar totalmente as prefeituras do Estado da Bahia.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR- Quero concordar com o aparte de V.Ex^a e ressaltar e reiterar aos deputados da base do governo: V. Ex^{as} que forem votar favoravelmente a este projeto, estarão votando contra os interesses dos municípios do nosso Estado. Com que cara os senhores vão chegar nos seus municípios, conversar com os seus prefeitos, sendo que estarão penalizando a receita municipal?

Concedo o aparte ao nobre deputado Luciano Simões e, em seguida, ao deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Parabéns, deputado Leur Lomanto, pelo grande pronunciamento.

Eu não entendo, Leur, como é que este governo do Rui Costa, do PT, levanta a bandeira do novo pacto federativo. Este é o novo pacto federativo feito por Rui Costa, do PT, que é destruir, destroçar, dismantelar, as finanças municipais.

Não é novidade para ninguém que os municípios da Bahia passam pelo pior momento das suas histórias. Muitos municípios estão demitindo os seus contratados e só não demitem os concursados por um empecilho constitucional. Eles mal estão conseguindo pagar a folha, os fornecedores nem se fala. Essa é a forma de Rui Costa,

do PT, tratar os seus prefeitos; Rui Costa, do PT, que tem mais de 2/3 dos prefeitos do nosso Estado, é dessa forma a sensibilidade de Rui Costa, do PT, frente aos prefeitos da Bahia. O novo pacto federativo inaugurado por Rui Costa, do PT, é esse colocar numa situação insustentável para a pronta falência dos municípios do nosso Estado. Esse seu discurso deve ser ouvido com atenção pelos deputados da base. Sabemos que eles são os detentores e os representantes dos prefeitos do Estado.

Parabéns, deputado Leur Lomanto Júnior, pelo pronunciamento e que os deputados da base entendam que eles estão dificultando a vida dos prefeitos.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Incorporo o aparte de V.Ex^a.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- V.Ex^a está inscrito. É bom deixar bem claro, que a intenção da discussão desse referido projeto é inadmissível, e já participei aqui de várias reuniões, da UPB com os prefeitos, e quando chega na frente dos prefeitos muitos deputados aqui passam a defender o municipalismo, que precisam fortalecer os municípios, precisamos distribuir melhor os recursos da União. Mas chegou o momento. Aqui é um exemplo claro hoje de saber quem é a favor do municipalismo, do fortalecimento dos municípios e quem é contra. Quem votar a favor do jeito que está aqui, está contra os interesses do município do nosso Estado. É inadmissível os municípios que estão com a cuia na mão, e cada dia que passa a situação fica mais difícil com a crise financeira que atravessa o nosso país, se pensar em aprovar um projeto como esse.

Vou ouvir o deputado Sidelvan Nóbrega, em seguida o deputado Alex Lima.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Deputado Leur Lomanto Junior, quero parabenizá-lo pelo discurso nesta noite. Fico aqui a me recordar dos discursos de vários deputados do PT quando subiam a esta tribuna e diziam da importância de se ter um alinhamento do governo do PT do Estado com o governo federal. Agora entendo, deputado Leur Lomanto, o alinhamento é esse. Eles estão destruindo o nosso País, os nossos estados e no Estado da Bahia o governador Rui Costa quer acabar com os municípios. Como disse o deputado Luciano Simões, esse é o novo pacto federativo do PT para a nossa Bahia; tirar receita dos municípios que já estão falidos, que têm dificuldade de pagar a sua folha de pagamento, que têm dificuldade de colocar o médico nas UPAs, que têm dificuldade de gerir o seu município, o governo do Estado manda para esta Casa um projeto que é, na verdade, um rombo para os nossos prefeitos. Não sei, deputado Leur Lomanto Junior, como os deputados de governo nesta Casa vão poder sair daqui nesta noite e visitar os seus prefeitos nos seus municípios. Como eles vão poder olhar para os prefeitos e saber que eles estão tirando receita que é devida aos municípios.

Portanto, quero parabenizar V.Ex^a por esse discurso tão importante nesta noite.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Agradeço, deputado Sidelvan Nóbrega. Incorporo o aparte de V.Ex^a e dizer que esse é o verdadeiro pacto destrutivo. Acho que podemos dar um outro nome a esse pacto, é um pacto destrutivo aos municípios baianos, é o pacto destrutivo à cidade do nosso Estado, enfim quero fazer um apelo aos parlamentares. Vamos ouvir o deputado Robinho, vamos ouvir o clamor. Precisamos ter a consciência de defender esses já tão sofridos municípios do nosso

Estado.

Ouçõ com alegria, com o aparte esse jovem e brilhante parlamentar, revelaçõ nesta Casa, o deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Deputado Leur Lomanto, quero parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento na sessão de hoje pela lucidez, pelo equilíbrio em resgatar uma história política

O Sr. Alex Lima:- Deputado Leur Lomanto, quero parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento na sessão de hoje, pela lucidez, pelo equilíbrio, resgatando uma história política de sua família.

O seu avô, o governador Lomanto Junior, é um grande incentivador do municipalismo. Quando exerceu a militância política, sempre esteve à frente dessa causa, que é importantíssima.

Eu, filho do interior, assim como V.Ex^a, associo-me ao seu pronunciamento, e acho que esta Casa deve fazer essa reflexão.

No próximo sábado, teremos o encontro de prefeitos, realizado pela UPB, no Município de Camaçari, mais especificamente, em Guarajuba. Sem dúvida alguma, deputado Leur Lomanto, nós estaremos lá, encontrando diversos prefeitos amigos que nos ajudaram a chegar a esta Casa. Falarão dos seus problemas e das suas dificuldades, do arrocho que têm enfrentado e da alta concentração no Pacto Federativo que temos por parte do governo federal.

E confesso a V.Ex^a que não terei a coragem de votar a favor de qualquer projeto que dificulte ainda mais a vida desses prefeitos e prefeitas da Bahia. Eles já estão sofrendo, cortando mais que na própria carne, deputado Adolfo. Vêm sofrendo a ponto de não poderem pagar salários em dia, e estão sendo alvo de todo tipo de descaso, com relação a esse assunto, por parte do governo federal.

Então, o tema é de fundamental importância, e precisamos fazer esse debate de forma mais aprofundada.

E quero deixar registrado, aqui, o meu repúdio a qualquer projeto que venha a esta Casa para prejudicar os municípios. Quero deixar registrado em ata, deputado Leur, que caso o governo, de alguma forma, prove, deixe provado a esta Casa que o projeto não retira nada da arrecadação dos municípios, eu votarei favoravelmente a ele. Mas, em caso contrário, eu me associo ao voto e ao pronunciamento de V.Ex^a, porque, realmente, não podemos prejudicar ainda mais as contas públicas dos municípios da Bahia.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Eu agradeço a V.Ex^a e incorporo o seu aparte, que registra o seu posicionamento claro em relação a essa matéria.

V.Ex^a já disse que é um parlamentar da Base governista, mas que, acima de tudo e de todos, tem-se comportado nesta Casa como um municipalista nato, defensor dos interesses dos municípios do nosso Estado. Quero parabenizá-lo pela coragem, pela postura, pois acima dos interesses do governo estão os interesses da população do nosso Estado.

E quem mais sofre são os pequenos municípios, porque é lá onde tudo acontece. O município, deputado Rosemberg, é a célula *mater* do nosso País, é lá

onde tudo nasce, e não merece ser penalizado. O município não tem condições, deputado Bira, de ser penalizado num momento desse, no qual todos os municípios estão com a cuia na mão.

O Sr. Bira Corôa:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Vou conceder um aparte a V.Ex^a, porque sei que está ávido para fazer o seu pronunciamento.

Com o aparte o deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Deputado, quero concordar com a colocação. Temos que ter um cuidado muito grande com os municípios. A nossa responsabilidade sempre é grande. Sei, também, que é responsabilidade do Estado fortalecer os municípios.

Por isso estou buscando um debate com a nossa Bancada, e com toda a Casa, para melhor compreender o processo, para que possamos votar sem prejudicar a receita do Estado, nem a dos municípios. Acho que a intenção nossa é repensar e, automaticamente, recuperar a receita do Estado e a dos municípios.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Agradeço a V.Ex^a pelo aparte.

E encerro o meu pronunciamento, mais uma vez, fazendo um apelo a esta Casa, aos deputados da Base do governo e ao Líder Zé Neto para que retirem, imediatamente, de pauta esse projeto, que vem a ferir os interesses dos municípios do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Srs. Deputados, deputado Zé Neto, V. Ex^a poderia me ouvir. Deputado Adolfo, eu estou propondo retirar este projeto, vocês têm o dia todo amanhã para chegar a um acordo... Não tem acordo? Então continua a sessão.

Próximo orador. Com a palavra o deputado Adolfo Viana. Vamos votar hoje, pronto. Deputado Robinho, eu propus à Oposição retirar o projeto para votar amanhã; a Oposição não concorda, não posso fazer nada.

Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA: - Entendo a colocação de V.Ex^a, mas não dá para retirar um projeto desse e trazê-lo novamente amanhã. Um projeto como esse temos de retirar para não mais voltar a esta Casa. Os municípios estão sem ter condição de cuidar das suas contas. Ouvi aqui, atentamente, alguns parlamentares da base do governo, aqueles que já tiveram a oportunidade de apreciar o projeto, darem uma demonstração clara de que votarão contra este projeto de lei. Os deputados que votarem a favor desse projeto, com certeza, não o leram corretamente. Sabemos que a marcha dos prefeitos acontece mês a mês solicitando ao governo federal que seja feito o pacto federativo, porque eles demonstram que não têm condição de pagar suas contas.

E aí o governo do Estado apresenta um projeto de lei com o qual passa a mão em 2% da arrecadação do ICMS que é destinado aos municípios. Ora, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o que deveríamos estar fazendo neste Plenário era justamente o

contrário. Deveríamos estar aqui a propor ao governo do Estado uma maneira de viabilizar as prefeituras e os municípios. Inacreditavelmente esta Assembleia Legislativa recebe um projeto que vai na contramão de tudo aquilo que os prefeitos têm pedido em Brasília, deputado Luciano Simões Filho.

Quero parabenizar o deputado Alex Lima, que tem um irmão prefeito e já colocou o seu posicionamento daqui deste Plenário. Mas não é porque ele tem um irmão prefeito, é porque ele tem vários amigos prefeitos e sabe o que cada um deles vem sofrendo para administrar os poucos recursos que chegam até as prefeituras.

Vou fazer um desafio aos 63 parlamentares que compõem esta Assembleia Legislativa. Desafio um parlamentar a subir a esta tribuna e fazer a defesa desse projeto que vai acabar com a vida e as finanças dos municípios baianos.

Deputado Paulo Rangel, V.Ex^a que é um parlamentar brilhante, quero convidá-lo para fazermos uma reflexão: se a receita do município cai, o índice de pessoal aumenta, o que o Tribunal de Contas dos Municípios faz com o prefeito? Reprova as contas, deixa o prefeito em maus lençóis. E esta Assembleia Legislativa vai compactuar com isso, vamos ser responsáveis pela reprovação das contas de centenas de prefeitos. Não acho que esse seja o papel dos deputados da Bahia, muito pelo contrário, todos nós temos amigos prefeitos e sabemos do sofrimento de cada um deles para fechar suas contas.

Mas aí, deputado Vítor Bonfim, isso tudo é reflexo da má condução do nosso País, da má condução do nosso Estado. Chegou a hora da corda arrebentar do lado mais fraco. O governo do Estado, agora, quer penitenciar os municípios, passar a mão em 2% de ICMS destinados aos municípios, deputado Luciano Simões Filho. Isso significa inviabilizar, de uma vez por todas, as 417 cidades do Estado da Bahia. Já vi parlamentares que foram prefeitos, todos os parlamentares que compõem esta Assembleia Legislativa, que passaram por um mandato de prefeito, estão contra esse projeto.

O deputado Marcelo Nilo, presidente desta Assembleia Legislativa, fez uma proposta para retirarmos esse projeto de lei, para tentarmos encontrar um caminho até amanhã. Deputado Robinho, tenho certeza de que o posicionamento de V.Ex^a, que já foi prefeito, é contrário a esse projeto, igualmente ao do deputado Alex Lima. Todos que têm conhecimento do projeto, deputado Robinho, são contrários.

O Sr. Robinho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concedo um aparte ao deputado Robinho.

O Sr. Robinho:- Deputado Adolfo Viana, tenho uma grande admiração por sua pessoa. Aqui, felei para todos os colegas: não serei favorável a nada que venha prejudicar os municípios e que venha prejudicar o Estado também. Mas a qualquer projeto de lei que venha aqui para tomar empréstimo para o Estado, para ajudar o Estado, serei favorável. Agora, se algum projeto de lei vier prejudicar os municípios, eu serei contra. Mas sou favorável à discussão.

Quero pedir aos colegas deputados que peguem o projeto, estudem e vejam, de fato, qual é a situação. Os municípios estão sofrendo. O Estado, também, está passando por dificuldade, eu sei, mas não podemos passar por essa dificuldade e

colocar nas costas dos municípios. Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Robinho, quero parabenizar V.Ex^a e incorporar o seu aparte. Faço um apelo à Base do governo: vamos retirar este projeto para não mais votar, deputado Rosemberg Pinto. Não para retornar amanhã e voltarmos à discussão. Isso daqui significa inviabilizar a vida dos prefeitos. O deputado Robinho foi prefeito e sabe que, quando a receita do município cai, o índice de pessoal aumenta. O que é que acontece, deputado Robinho? O Tribunal de Contas reprova as contas e deixa os prefeitos inelegíveis. Então, muitos prefeitos estão sendo prejudicados por coisas que eles não fizeram.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Concederei um aparte ao deputado Sidelvan Nóbrega, mas quero parabenizar o deputado Robinho pela postura em defesa dos municípios. Ele deixou claro que sua postura não é contra o governo, mas em defesa dos municípios da Bahia. E os outros parlamentares que querem votar favoravelmente estão virando as costas aos municípios, para servir o governo do Estado da Bahia. Mais uma vez, pretendem deixar o Poder Legislativo de cócoras para servir o Executivo, sem o menor bom senso. Ouço com prazer o deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Deputado Adolfo Viana, quero parabenizá-lo, porque V. Ex^a chama a atenção desta Casa para algo muito importante. A maioria dos prefeitos, certamente, se esse projeto passar – o que não acredito –, terão as suas contas rejeitadas. O que me chama a atenção, também, deputado Adolfo, é que alguns deputados, colegas nossos, que são candidatos a prefeito em 2016, estão dando um tiro no próprio pé. Já entrarão nos seus municípios, se ganharem a eleição, sem esse benefício que o governo do Estado está erroneamente tirando das prefeituras do nosso Estado.

Por isso, quero parabenizar o deputado Robinho, quero parabenizar o deputado Alex Lima pela sua coerência, por poder falar na Assembleia aquilo que realmente tem que ser falado, Adolfo. E V.Ex^a também está de parabéns.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Augusto Castro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Darei o aparte a V.Ex^a, deputado Augusto Castro. V.Ex^a, deputado Augusto Castro, pretende disputar as eleições para prefeito em Itabuna; outros parlamentares da mesma maneira. Quero saber o que os parlamentares dirão ao Tribunal de Contas quando a arrecadação arriar e o índice de pessoal subir. Eles não irão alegar aos conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios que a culpa é do governo do Estado, muito menos da Assembleia Legislativa da Bahia. Eles simplesmente terão as suas contas reprovadas e ficarão inelegíveis.

Que papel esta Assembleia Legislativa vai se prestar para com os municípios do Estado da Bahia?

Ouço com prazer o meu colega deputado Augusto Castro, Líder do PSDB na Assembleia Legislativa.

O Sr. Augusto Castro:- Deputado Adolfo Viana, quero parabenizá-lo pelo discurso técnico e chamar a atenção, Sr. Presidente, desta Casa e de todos os parlamentares que são votados nos municípios sobre a irresponsabilidade do governo do Estado.

Os municípios, mais uma vez, vão pagar a conta. Na redução que o governo deu na linha branca do IPI, foram os municípios brasileiros que perderam. Aqui na Bahia, deputado Robinho, toda vez que o governo pratica incentivos fiscais, tira da cota parte do ICMS dos 100%. Quer baixar a alíquota de 28 para 26%, que representa para o montante do Estado, R\$250 milhões. Mas para os municípios que vivem no dia a dia com dificuldade para honrar o funcionalismo, perdem R\$75 milhões.

Acho que falta sensibilidade por parte da bancada do governo em votar esse projeto que vai penalizar mais uma vez os municípios. Esse projeto é inconstitucional, vai ensejar várias medidas judiciais aqui no Tribunal de Justiça.

Chamo a atenção, deputado Sandro Régis, e chamo a atenção do líder do governo, deputado Zé Neto. Essa conta vai cair para os municípios que não têm fonte de receita. Chamo a atenção, deputado Sandro Régis, no sentido de convocar a Bancada de Oposição, na sua totalidade, para obstruir esse absurdo que a Bahia pratica contra os municípios.

Agradeço ao deputado pelo aparte.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Incorporo o aparte do deputado Augusto Castro.

Percebo uma coisa que está me deixando feliz. Acho que os deputados da Base do governo começaram a compreender que esse projeto agride diretamente os cofres públicos das cidades baianas. Começo a perceber uma movimentação indo no sentido contrário da aprovação desse projeto de lei, projeto criminoso para as prefeituras do Estado da Bahia.

O Sr. Pablo Barrozo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Ouvirei com prazer o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Pablo Barrozo:- Deputado Adolfo Viana, quero parabenizá-lo pelo brilhante discurso. V.Ex^a vem cada vez mais mostrando para esta Casa a sua capacidade, o seu trabalho e a sua responsabilidade para com o nosso Estado e com os municípios da Bahia.

Hoje, na divisão da carga tributária, sabemos que os municípios são sacrificados. Estamos aqui, neste momento, discutindo sobre dois projetos importantíssimos para o Estado da Bahia. Dos dois projetos, a maioria, infelizmente, dos nossos colegas, deputado Adolfo Viana, não sabia do que se tratava. Isso porque esse regime de urgência que o governador do Estado, Rui Costa, do PT, imprime a esta Casa – querendo ele legislar também – acaba fazendo com que o nosso trabalho legislativo seja sacrificado e que a gente não tenha condições de debater temas importantes como esse.

V. Ex^a disse bem, o governo está, aqui, caindo na real. É tanto que os deputados governistas, nossos colegas, não têm argumento para debater ou não tem condição de votar essa lei, e terão de sair do Plenário. O governo do Estado, por meio dessa lei que seria aprovada hoje, está tentando sacrificar os municípios com a diminuição da

sua arrecadação, e nós teremos que combater isso até o final.

Parabéns pelo brilhante discurso. Estaremos aqui, se preciso, até de madrugada para combater esse projeto.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Incorporo o aparte de V. Ex^a, deputado Pablo Barrozo.

Assim como V.Ex^a, eu percebo que os parlamentares da Base do governo estão muito constrangidos com a apreciação desse projeto. O deputado Líder, Zé Neto, começa a fazer um esforço sobre humano para convencer os aliados a votarem este projeto que fere no peito os cofres públicos das cidades baianas.

Percebo, daqui de cima, deputado Euclides Fernandes, que os parlamentares da Base do governo estão irredutíveis. Os prefeitos, a partir de amanhã, devem começar a ligar para os seus aliados, pedindo que eles não cometam esse crime contra os cofres das prefeituras.

O Sr. Tom Araújo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Ouço com prazer o deputado Tom Araújo.

O Sr. Tom Araújo:- Deputado Adolfo Viana, quero parabenizá-lo, mais uma vez, por V.Ex^a chegar a esta tribuna para discutir temas importantes. Quero chamar a atenção, deputado Adolfo Viana, que, realmente, é visível a falta de entendimento que o governo tem agora com relação a avaliação e se deve votar a favor ou se não deve votar com a indicação e com o projeto encaminhado pelo governo do Estado a esta Casa.

Farei um apelo aos deputados que ainda pretendem discutir o projeto: não há mais necessidade de discussão, porque já ouvimos diversos parlamentares se posicionarem a favor ou contra o projeto e contra-argumentarem aqui. É visível que há uma perda real dos municípios com relação à arrecadação.

Eu gostaria de pedir a V.Ex^a, presidente Marcelo Nilo, que, com a imparcialidade que sempre atuou, aqui, neste Plenário, neste Parlamento, coloque o projeto em votação, assim que os parlamentares retirarem a discussão. Esse é um apelo que eu faço. Faço, inclusive, um apelo aos deputados que se inscreveram para discutir que retirem a discussão, para que V.Ex^a, possa, imediatamente, colocar o projeto em votação.

Deputado Adolfo Viana, por diversas vezes, V.Ex^a sobe a esta tribuna, e sei que inevitavelmente, V.Ex^a vai continuar discutindo nos dois minutos que lhe restam, mas peço a V.Ex^a que faça um apelo aos deputados que se inscreveram para discutir o projeto para que retirem a sua inscrição, porque o presidente da Assembleia vai colocá-lo em votação. Eu não tenho dúvida de que o presidente Marcelo Nilo agirá com a imparcialidade que é de costume.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Incorporo o aparte de V.Ex^a.

Quero dizer a V.Ex^a e aos demais deputados que o governo já reconheceu que este projeto é criminoso com os cofres públicos das prefeituras do Estado da Bahia. Já percebo uma ausência da Bancada governista neste Plenário. Eles vão, muito provavelmente, pedir uma verificação de quórum e encerrar essa discussão para convidar os deputados da Base do Governo para uma conversa mais justa. Esse

convencimento, se ocorrer, será um dos absurdos cometidos com as prefeituras do Estado da Bahia. Está claro que esse projeto inviabilizará a vida dos prefeitos do Estado da Bahia.

Já afirmei várias vezes, desta tribuna, que se a arrecadação cai o índice de pessoal sobe. O Tribunal de Contas dos Municípios vai em cima das contas desses prefeitos, que terão suas contas reprovadas e ficarão inelegíveis por um problema criado pelo Poder Executivo junto com a sua base governista, que diz amém a todos os projetos do Poder Executivo encaminhados para esta Assembleia Legislativa.

É lamentável perceber que a intenção da Base do Governo é aprovar esse projeto.

Hoje, isso não acontecerá porque já começou a movimentação de ausência dos parlamentares da Base do Governo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Vou concluir, Sr. Presidente, pedindo ao deputado Zé Neto que retire esse projeto, de uma vez por todas, e não o traga mais a este Plenário, para que a gente não cometa esse crime com os prefeitos do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a verificasse o quórum para continuidade desta sessão.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a – um dos deputados mais experientes desta Casa; foi um deputado mais de Oposição e, hoje, presidente desta Casa – que hoje à noite, ficou claro, mais uma vez, que esse regime de votar projeto de urgência, nesta Casa, sem que o deputado tenha consciência sobre o que está sendo votado; sem a Casa conhecer o projeto; dá nisso aqui.

Entramos em processo de votação e não votamos nada na noite de terça-feira. Pelo simples fato, Sr. Presidente, do governo não respeitar os trâmites legais da Casa. Obrigar deputados a votarem sem sequer saber em que estão votando. E muitas vezes, como exemplo desse projeto, temos deputado votando contra pai que é prefeito; deputado votando contra irmão que é prefeito; V. Ex^a votando contra 200 prefeitos da sua Base.

Então, Sr. Presidente, que esta noite sirva de lição para a Assembleia! Que a Assembleia em vez de querer só agradar ao governo, cumpra o seu papel de Parlamento! A Assembleia cumpra o seu papel de Parlamento!

Projetos importantes como esse não podem ser votados açodadamente. Os deputados passam a conhecer o projeto no bate boca do Plenário, deputado Euclides Fernandes. V. Ex^a é um estudioso! V. Ex^a hoje poderia votar contra V. Ex^a amanhã se vier a ser prefeito de Jequié.

Deputado Euclides Fernandes, o que está acontecendo hoje é um exemplo negativo que esta Casa passa. Uma coisa é votar projeto em regime de urgência, como votamos o dos professores do Estado; projetos que venham atender ao Judiciário. Mas votar projetos que mexem com municípios e com a vida das pessoas sem que os mesmos sejam discutidos nas comissões, dá nisso! O governo quer passar o rolo compressor!

Hoje, graças a Deus os deputados tiveram o cuidado de procurar saber em que estavam votando. O Líder do Governo, ao perceber a sua derrota fragorosa no Plenário, derrubou a sessão.

Sr. Presidente, V. Ex^a é quem tem que cuidar desta Casa com muito zelo! V. Ex^a tem que tomar cuidado, porque o que aconteceu hoje se repetirá várias vezes, ou seja, esta Casa cometer erros de votar sem se saber em que está votando.

Gostaria que V. Ex^a fizesse uma chamada nominal para continuidade da presente sessão e marcasse os 15 minutos, por favor.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V. Ex^a será atendido.

Zere o painel. Marque 15 minutos.

Deputado Sandro Régis, V.Ex^a tem razão. Sou contra projetos em regime de urgência, mas eu não posso descumprir o Regimento. Aprovada a urgência, eu não tenho outra saída a não ser cumprir o Regimento.

(Verificação de quórum.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, só a título de esclarecimento, caso seja da vontade do Líder do governo, este projeto pode voltar a ser apreciado por este Plenário quando?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Amanhã, o primeiro a ser votado tem de ser ele. É obrigatório. Está em discussão. Só pode voltar qualquer coisa depois que votar esse projeto, porque ele já está em discussão.

O Sr. Adolfo Viana:- Então amanhã teremos votação dos dois projetos?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Amanhã teremos votação, deputado, dos dois projetos e dos projetos dos deputados também. Regimentalmente, não pode votar nada enquanto não votar esse projeto, porque ele entrou em discussão, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, aproveitando a questão de ordem que V.Ex^a me permite, com relação às emendas impositivas, o governo do Estado não cumpriu no ano passado. Quero saber se vai ser cumprido ou se não vai ser cumprido. Acho que este Parlamento tem de se posicionar com relação a isso. Ano passado, não foi cumprido. O Sr. Presidente tem alguma informação para transmitir?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tenho conversado com o governador. Ele disse que, nestes 8 a 10 dias, será dada a resposta de como será equacionado.

O Sr. Adolfo Viana:- Obrigado.

(Continua a verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A Secretaria da Mesa informa a presença de 19 Srs. Deputados. Portanto, não há número legal para a continuidade da sessão.

Declaro-a encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.